

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA

CINTIA RAQUEL RIBEIRO E SILVA

**O RIO MAGÚ: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DOS
BALNEÁRIOS NO POVOADO DE CANA BRAVA-MA.**

SÃO BERNARDO – MA
2022

CINTIA RAQUEL RIBEIRO E SILVA

**O RIO MAGÚ: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DOS
BALNEÁRIOS NO POVOADO DE CANA BRAVA-MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas — Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo, para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Caroline Amorim Oliveira

São Bernardo – MA
2022

**O RIO MAGÚ: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DOS
BALNEÁRIOS NO POVOADO DE CANA BRAVA-MA.**

CINTIA RAQUEL RIBEIRO E SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências
Humanas — Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão,
Campus de São Bernardo, para obtenção do grau de Licenciado
em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Caroline Amorim Oliveira

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Amorim Oliveira

1^a Examinador: Prof.^a Dr.^a Amanda Gomes Pereira

2^a Examinadora: Prof. Dr. Thiago Pereira Lima

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SILVA, Cintia Raquel Ribeiro e.

O Rio Magú: : uma análise dos aspectos socioculturais do balneários no povoado de Cana Brava - MA / Cintia Raquel Ribeiro e SILVA. - 2022.

70 p.

Orientador(a): Ana Caroline Amorim Oliveira.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2022.

1. Balneários. 2. Cana Brava. 3. Ribeirinhos. 4. Rio Magú. I. Oliveira, Ana Caroline Amorim. II. Título.

Meu querido rio Magú,
Quanta perfeição em tuas curvas!
Como são belas tuas águas!
Como é vital tua existência!

Tu que vens trazendo em teu nome
A bravura de um bom guerreiro
E que vens mantendo há tempos
Vida e beleza nesta terra

As tuas águas cristalinas
Ainda serão por muitos séculos
Abundantes ao nosso povo.

E que a geração de meus netos
Possam também deliciar.
Queira meu bom Deus assim!

(Joel Canabrava)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por todos os livramentos, força e proteção durante minhas idas e vindas diárias da UFMA;

Aos meus pais, Terezinha Ribeiro da Silva e José Ribamar Carvalho e Silva (in memorian), pela vida e todos os ensinamentos e valores recebidos;

Ao meu ex-marido, Willian Lima, por nunca me impedir de estudar e cuidar da nossa filha durante minha jornada de estudos;

A minha filha, Pérola Ribeiro Lima, pois desde sua chegada, me tornei um ser humano melhor, e agora tenho um motivo a mais, para buscar crescimento profissional;

A minha ex-sogra, Agenilda, por cuidar de minha família o melhor possível na minha ausência;

A todos os professores que passaram por minha vida, transmitindo e ensinando a buscar conhecimento;

Aos meus amigos, que direta e indiretamente me incentivaram a continuar a jornada; em especial as minhas companheiras de turma, Regislene Meirelles e Dalriane Escórcio, e meu amigo Diego Paes, portoda nossa parceria na universidade.

A minha orientadora, Ana Caroline Oliveira, por aceitar meu convite e me nortear com sabedoria e paciência na construção do meu TCC;

Por fim, agradeço em especial, a mim, por toda determinação e persistência, mesmo diante a tantos obstáculos e momentos de medos e fraquezas, sempre acreditei na minha capacidade de vencer e obter minha formação no nível superior de ensino.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise sociológica sobre o rio Magú e sua relação social e cultural com a população no povoado de Cana Brava-MA; entre os municípios de Água doce – MA e Araióses – MA; tendo em vista os balneários presentes nos povoados, a importância e os impactos que esses locais exercem nas relações construídas no município. Para isso, optou-se em realizar-se uma pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico dos autores que versassem no primeiro momento sobre a formação histórica dos municípios banhados pelo rio Magú, visando demonstrar a importância deste, para a construção de identidades locais nos moradores ribeirinhos, dentre eles: Caldas e Rodrigues (2005), Costa (2008), Aguiar (2011) e Dourado (2016). Na segunda sessão, abordaremos as políticas de uso dos recursos hídricos, para pôr fim na terceira sessão, expor os resultados de nossa pesquisa qualitativa realizada tanto com moradores ribeirinhos bem como, com os proprietários dos balneários. A pesquisa se realizou no mês de dezembro de 2021, e procurou coletar dados da percepção do uso do rio para a implantação dos balneários as margens do rio Magú, e, dessa maneira compreender de que modo esse uso tem trazido benefícios para a comunidade local e também com vistas a conservação do rio Magú. Além disso, esses benefícios são associados não só ao convívio que as comunidades dentro do município têm, mas também à um debate acerca das práticas ecológicas e de políticas públicas para a preservação dos Rio Magú. As práticas conscientes, como pode ser observados, devem ser cada vez mais aproximadas a uma espécie de turismo ecológico, onde o comércio e a relação de uso do bem natural é revisto com a discussão mais didática sobre ecologia com a comunidade, donos de balneários e turistas. Ou seja, o debate passa tanto por uma perspectiva de contribuição social por parte dos balneários, quanto por uma maior necessidade de contribuição e fiscalização para uso responsável das águas do rio Magú por conta dos turistas que ali frequentam.

Palavras - Chave: Rio Magú; Balneário; Ribeirinhos; Cana Brava.

ABSTRACT

Starting from my personal inquiry about “how the resorts present in the municipality can culturally contribute to the development, recognition and preservation practices of the Magú River”, the present work aims to carry out a sociological analysis on the Magú River and its social and cultural relationship with the population in the town of Cana Brava; between the municipalities of Água Doce – MA and Araióses – MA; considering the resorts present in the towns, the importance and the impacts that these places have on the relationships built in the municipality. For this, it was decided to carry out qualitative research with a bibliographic survey of authors who dealt at the first moment with the historical formation of the municipalities bathed by the Magú River, aiming to demonstrate its importance for the construction of local identities in the riverside dwellers, among them: Caldas and Rodrigues (2005), Costa (2008), Aguiar (2011) and Dourado (2016). In the second session, we will address the policies for the use of water resources, to end the third session, we will present the results of our qualitative research carried out both with riverside residents and with the owners of the spas. The research was carried out in December 2021, and sought to collect data on the perception of the use of the river for the implementation of spas on the banks of the Magú River, and, in this way, to understand how this use has brought benefits to the local community and also with a view to conserving the Magú River. Conscious practices, as can be seen, must be increasingly approximated to a kind of ecological tourism, where trade and the relationship of use of the natural asset is reviewed with a more didactic discussion on ecology with the community, bathhouse owners and tourists. In other words, the debate involves both a perspective of social contribution on the part of the resorts, as well as a greater need for contribution and inspection for the responsible use of the waters of the Magú river on behalf of the tourists who frequent there.

KEY WORDS: Magú River; bathhouse; Riverside; Cane Brava.

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PARNA – Parque Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Foto retirada via satélite, localização dos municípios banhados pela microbacia do rio Magú.....	16
Figura 2 - Bandeira do município de Santana do Maranhão - MA.....	18
Figura 3- Bandeira do município de Água Doce do Maranhão – MA.....	22
Figura 4- Bandeira Do município de Araióses - MA.....	25
Figura 5- Açude com criação do peixe tambaqui (Balneário Carnaúbas Bar).....	34
Figura 6- Redes de Nylon dentro do rio (Balneário Carnaúbas bar).....	35
Figura 7- Parquinho de dversão para as crianças (Douglas Bar e Churrascaria).....	36
Figura 8- Espaço decorado para os turistas registrarem sua visita (Balneário Douglas Bar e Churrascaria)	36
Figuras 9 e 10- Área de banho e entrada, Balneário Carnaúbas Bar.....	54
Figuras 11 e 12- Área de banho e espaço de lazer, Balneário Costa's.....	55
Figura 13 e 14- Área de banho e espaço de lazer, Restaurante Balneário Riba Beleza.....	55
Figuras 15 e 16- Área de contenção do assoreamento do Rio e entrada, Balneário Jacaré	56
Figuras 17 e 18- Área de banho por vista aérea e evento de vôlei, Balneário Bica do Yoyô	57
Figuras 19 e 20- Ponte de acesso e divisa entre os balneários F e G., e área de banho do balneário F (Tambaqui Bar e Restaurante).....	58
Figuras 21 e 22- Áreas de banho do balneário G, (Douglas Bar e Churrascaria)	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos moradores ribeirinhos46/47

Tabela 2- Identificação dos proprietários dos Balneários entrevistados.....53/54

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS TRÊS MUNICÍPIOS BANHADOS PELO RIO MAGÚ.	16
1.1 SANTANA DO MARANHÃO	17
1.2 ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	19
1.3 ARAIÓSES	23
2. A POLÍTICA ESTADUAL DO USO DAS ÁGUAS E A IMPORTÂNCIA DO RIO MAGÚ PARA OS MUNICÍPIOS DE SUA MICROBACIA	27
2.1 O RIO, CONSUMO E PRESERVAÇÃO	31
2.2 A MICROBACIA DO RIO MAGÚ.....	32
2.3 OS BALNEÁRIOS E SUAS IMPLICAÇÕES	34
3 - OS BALNEÁRIOS LOCALIZADOS AS MARGENS DO RIO MAGÚ NO POVOADO DE CANA BRAVA, ÁGUA DOCE DO MARANHÃO.....	41
3.1 SOBRE O POVOADO CANA BRAVA-MA.....	41
3.1.2 Origem do nome.....	41
3.1.3 Cana Brava e atividades socioeconômicas.....	43
3.2 SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	46
3.3 ENTREVISTA REALIZADA COM MORADORES RIBEIRINHOS.....	46
3.3.1 Resultados obtidos com as entrevistas aos moradores ribeirinhos.....	47
3.4 ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS DOS BALNEÁRIOS.....	52
3.4.1 Resultados Obtidos com as Entrevistas aos Proprietários.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	66
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Partindo de minha indagação pessoal sobre “como os balneários presentes no município podem contribuir culturalmente para o desenvolvimento, reconhecimento e práticas de preservação do rio Magú”, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise sociológica sobre o rio Magú e a sua relação social e cultural com a população no povoado de Cana Brava-MA, tendo em vista os balneários presentes nos povoados, a importância e os impactos que esses locais exercem nas relações construídas no município.

É de suma importância o debate sobre o uso de recursos fundamentais como a água, ainda mais, em relação ao uso desenfreado, sem considerar ser um elemento finito. Se pensarmos, as atividades humanas com relação a esse uso, foi se modificando a partir do desenvolvimento e avanço da tecnologia, por exemplo, de início as práticas dos ribeirinhos¹ direcionadas somente para sustento próprio e da família; depois, atividades comerciais e de engenharia que proporcionaram ao indivíduo água potável em casa, desobrigando-o, da necessidade de deslocar-se até o rio em busca da água para suas necessidades essenciais.

Consequentemente, com o aumento das atividades comerciais e certo distanciamento do indivíduo com as atividades fundamentais, antes realizadas apenas no rio (banhar, cozinhar, lavar, etc.), surgiu a necessidade de discutir como a criação de espaços de lazer que utilizam o rio Magú, podem contribuir social, cultural e ecologicamente com a comunidade ribeirinha.

Os Balneários banhados pelo rio Magú, tem influência direta no desenvolvimento econômico, turístico, social e comunitário, e para melhor compreensão do contexto da influência do rio Magú para a formação das comunidades em seu entorno, é analisada a formação dos três municípios de sua microbacia: Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão e Araióses. Para além da influência direta do rio e de várias comunidades nascidas em torno de suas águas, é perceptível também a relação histórica de povos originários e práticas de vida no rio Magú, onde são frequentemente citados nos hinos dos municípios.

É de suma importância apresentar a influência do rio Magú para a formação das primeiras comunidades e desenvolvimento dos municípios, onde suas águas proporcionaram atividades fundamentais, sendo de início a alimentação e limpeza, e posteriormente, comércio e locais de lazer e turismo, como os Balneários. Após isso, são apresentadas as Políticas Públicas de Recursos Hídricos Federais e Estaduais, distinguindo que as Políticas Federais têm caráter mais amplo que as Estaduais.

Tal debate é fundamental para a compreensão de que, com o passar dos anos e a mudança das relações do indivíduo com um bem natural de fundamental importância e grandeza

¹ A ideia de Ribeirinhos abordada neste trabalho, refere-se aos moradores que vivem as margens/ próximo ao rio Magú.

como é o rio Magú, nós precisamos discutir sobre uso e desuso do bem hídrico de todos, e a partir disso, apresentar como essas políticas públicas se aplicam nos municípios que a pesquisa aborda. Além disso, é de importante discussão e observação, a consciência da existência das políticas públicas por parte da população e dos proprietários de balneários, onde é fundamental, o incentivo e exposição de forma didática sobre as práticas ecológicas presentes nessas políticas.

A discussão sobre os balneários torna-se presente e fundamental para a pesquisa, para realizar o contraponto sobre as práticas de uso e desuso dos recursos oferecidos pelo rio Magú. A partir disso, são apresentados os balneários utilizados na presente análise, localizados principalmente no povoado Cana Brava, Água Doce do Maranhão/MA, com imagens e relatos de proprietários desses locais. Em seguida, para dar continuidade as informações e discussões levantadas sobre os balneários, é realizado um levantamento sobre os proprietários dos balneários seguidos de um questionário aplicado tanto para o proprietário, quanto para a população que frequenta ou não, essas áreas de lazer.

O levantamento tem intuito de entender qual a relação que os indivíduos têm com o Rio Magú e os balneários nele presentes, assim como, se práticas de preservação são conhecidas, praticadas e fiscalizadas por todos. Fazendo isso, é esperado observar a semelhança ou disparidade das práticas de preservação dos recursos hídricos presentes nas políticas públicas apresentadas previamente, levantando o debate sobre a necessidade de maior reforço, ampliação e fiscalização dessas políticas para todos, onde o proprietário detém maior responsabilidade por possuir uma prática comercial as margens do rio.

Como metodologia, foram utilizados a pesquisa empírica através de entrevista e aplicação de questionário com moradores ribeirinhos (5 moradores) e proprietários dos balneários (7 proprietários) localizados as margens do rio Magú nos povoados, Cana Brava, Santa Maria e São Raimundo. As perguntas para os moradores abordavam; a naturalidade; o tempo de moradia; a atuação na preservação das águas e seus modos de uso no passado e no presente; se há grandes cheias na época das chuvas; as mudanças da cidade após a construção dos balneários; conhecimento sobre atuação de fiscalização em relação às águas do rio Magú. Já para os proprietários, foram abordadas; a naturalidade; relação com o rio; preservação e limpeza das águas do rio; de que forma as cheias afetam o turismo; os cuidados direcionados ao rio; as orientações feitas aos visitantes; a geração de emprego e influência no reconhecimento e desenvolvimento da cidade.

Além disso, a presente pesquisa conta com a revisão bibliográfica de autores que apresentam práticas ecológicas de comunidades ribeirinhas, além de trazer dados geográficos e

históricos sobre os municípios e sobre o rio Magú. Foram ainda, utilizadas informações dos sites das prefeituras dos municípios, tendo em vista a pouca quantidade de informação encontrada sobre alguns pontos, como bandeira oficial, hino oficial e nome dos povos originários (quando presentes).

1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS TRÊS MUNICÍPIOS BANHADOS PELO RIO MAGÚ.

Nesta primeira sessão, abordam-se as principais características das três cidades banhadas pelas águas do rio Magú (MA). De acordo com Gomes (2008), o rio Magú é uma microbacia com águas de domínio estadual; compreende os municípios de Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão e Araióses (Figura 1). Ambos estão situados no Estado do Maranhão e inseridos na Área de Proteção Ambiental do Delta do rio Parnaíba, com exceção de Santana do Maranhão.

Caldas e Rodrigues (2005) apontam que a microbacia do rio Magú nasce a porção central do município de Santana do Maranhão e “forma a divisa com o município de Água Doce em sua porção sul, desaguando ao norte de Araióses no rio Santa Rosa, braço do Rio Parnaíba” (2005, p.181).

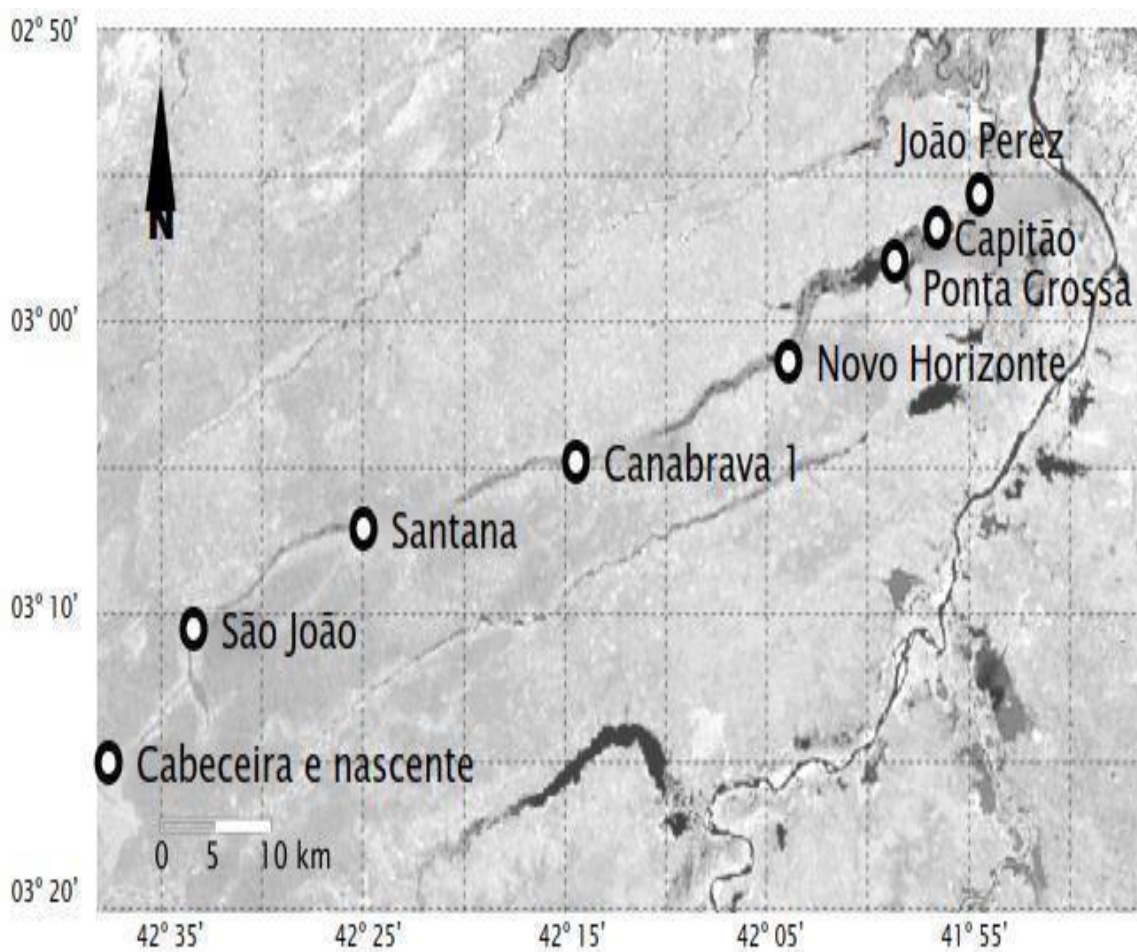


FIGURA 1- Foto retirada via satélite, localização dos municípios banhados pela microbacia do rio Magú. (CALDAS; RODRIGUES, 2005. p. 184)

1.1 SANTANA DO MARANHÃO

Como citado acima, o rio Magú banha três cidades. Com isso, a apresentação deste, será feita conforme o seu curso. Logo, a primeira cidade banhada, é Santana do Maranhão, mais precisamente, é no povoado Cabeceiras do Magú que está localizada a sua nascente.

De acordo com Costa (2008), Santana do Maranhão é a cidade berço do rio Magú, visto que, é nela que está localizada a sua nascente. Segundo o autor, antes da emancipação, a cidade era chamada Santana dos Costa, fundada por volta da metade do século XIX, por cearenses vindos de Santana do Acaraú, fugindo da seca de 1849.

Os migrantes, ao chegarem, depararam-se com terras férteis e água em abundância, ou seja, encontraram um ambiente propício para recomeçarem uma nova vida. Contudo, segundo Dourado (2016), Santana foi um nome escolhido em homenagem à cidade natal dos retirantes — Santana do Acaraú-CE —, e Maranhão, foi escolhido em homenagem ao estado onde a cidade está situada.

Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Santana do Maranhão, foi criado pela Lei de N° 6.176 de 10 de novembro de 1994, sendo desmembrado do município de São Bernardo, mas, continuando subordinado a comarca de São Bernardo. O último censo, realizado em 2010, apontava a existência de 11.661 habitantes. Contudo, estima-se que a população em 2019, some os 13.386 habitantes. Compreende uma área de 932, 016 km², tendo sua densidade demográfica até 2010, calculada em 12,51 hab./km². Faz parte da mesorregião leste maranhense, na microrregião do Baixo Parnaíba maranhense. Limitando-se ao Norte, com os municípios de Água Doce do Maranhão, Paulino Neves e Tutóia; ao este, com São Bernardo; a Oeste, com Barreirinhas; e ao Sul, com os municípios de São Bernardo e Santa Quitéria.

De acordo com pesquisa, realizada por Dourado (2016) com moradores de Santana do Maranhão, constatou-se que:

O rio Magú, localizado no trecho urbano do município de Santana do Maranhão, é de suma importância para a população local, e povoados vizinhos. É utilizado como fonte de subsistência, pois dele se retira a água para o consumo e peixes, possui águas límpidas com vegetação marginal caracterizada por grandes adensamentos de plantas aquáticas e extensas faixas de palmeiras de buriti (*Mauritia flexuosa*) e juçara/açaí (*Euterpe oleácea* Mart.) [...] do qual são utilizados os seus frutos. Apresenta um grande potencial turístico, como também diversas possibilidades econômicas, para a sociedade santanense, precisando apenas de políticas de incentivo por parte do poder público. Dessa forma, **tem sido utilizado como espaço para o lazer** e pesca artesanal. Atualmente vem sendo utilizado para a piscicultura em tanques redes dentro do rio e açudes [...] sendo uma atividade de grande expansão na localidade. (DOURADO, 2016, p.13. Grifo nosso)

Para melhor compreender a narrativa sobre a cidade de Santana do Maranhão, iremos analisar seus principais símbolos oficiais, que trazem a construção de um olhar sobre a cidade: bandeira e hino, instituídos em lei. A bandeira, costuma representar as origens, valores, história, entre outras características particulares da cidade. Com isso, ao analisarmos a bandeira de um município compreendemos como ele quer ser representado e lembrado pelos seus cidadãos, pois, eles não apenas identificam/representam o município, como também, contam a história deste.

Sendo assim, observando a bandeira do município de Santana do Maranhão: suas cores, formas e símbolos, intensifica-se a tentativa de construção de uma história entendida como única e verdadeira sobre o município. Podendo ser percebido a junção das bandeiras dos estados do Maranhão (à esquerda) e Ceará (ao centro) em homenagem aos fundadores do município; as cores verde, amarelo, azul e branco, representando a bandeira do Brasil; assim como, a imagem da natureza no seu centro (árvore e rio) (Figura 2). Entretanto, não se observa referência aos povos originários e aos povos negros que habitavam/habitam essa região. No momento da presente pesquisa não foram encontrados dados claros acerca da criação da bandeira do município de Santana do Maranhão.



FIGURA 2 - Bandeira de Santana do Maranhão (IBGE, 2021).

Hino oficial da Cidade

Cante, Avante, Santana do Maranhão
Terra de povo forte, trabalhador
Aos olhos da grande nação
Que parte para luta com ardor;
Pela vontade dos filhos teus,
Avante, avante, Santana do Maranhão.

O hino da cidade refere-se, em sua primeira estrofe, a luta dos trabalhadores, caracterizando-os, como um povo forte, que está sempre batalhando em busca de um futuro digno.

Pela glória, pela glória
Pelo passado, pela vitória,
Avante, avante, Santana do Maranhão.

Município de Integração Nacional,
Terra natal do Monsenhor Porcínio,
Abençoado por Deus,
Berço querido dos filhos teu;

Na terceira estrofe, é afirmado ser um município de integração nacional e faz homenagem ao primeiro Padre Santanense, Monsenhor Porcínio, inclusive, existe uma estátua dele, no centro da cidade.

Pela glória, pela glória
Pelo passado, pela vitória,
Avante, avante, Santana do Maranhão.

És um pedacinho do Brasil,
Por sua transformação,
Queremos teu sucesso, cidade varonil,
Estrela do Maranhão.

Em todas as estrofes, a expressão “Avante Santana do Maranhão” traz uma afirmação de exaltação à cidade. É possível notar que no decorrer do hino, as menções sobre religião e luta são constantes, sempre ressaltando um ideal de progresso, mas em momento algum, citando os povos originários da terra de forma direta.

1.2 ÁGUA DOCE DO MARANHÃO

A história do município de Água Doce do Maranhão, inicia-se por volta da metade do século XVIII, período anterior a Independência do Brasil:

Os moradores mais antigos, contam que no passado não existiam estradas, somente manguezais e matas. Com isso, muitos pescadores se deslocavam do povoado Barro Duro (Tutóia), para pescarem nas imediações da Ilha do Caju, Ilha Grande e outras ilhas próximas. Pois, a pesca era um meio fértil de sobrevivência. (ÁGUA DOCE, 2021, pág. 10)

E foi assim, em mais um desses dias rotineiros de pescaria, em busca do “pão de cada dia” pelos pescadores, que algo incomum aconteceu:

[...], num determinado dia de pescaria, faltou água potável para a tripulação beber, e assim, um dos tripulantes, convidou alguns amigos que ali estavam com ele, para descerem do barco, e irem em busca de água potável. Já em terra firme, saíram em direção ao precioso líquido. Num determinado momento, ouviram o canto de alguns pássaros e seguiram na direção dos gorjeios, adentrando no Igarapé, Rio Morto; continuaram andando às margens do extenso mangue, e para surpresa de todos: avistaram água em abundância, límpida e cristalina, a correr pelo solo arenoso da desconhecida região. Na ânsia e curiosidade, rumaram rapidamente até a nascente, provaram da água e um deles logo alarmou: É água doce! (IDEM, 2021, pág.11)

A formidável descoberta, causou grande euforia entre os pescadores, e a novidade, espalhou-se rapidamente, entre eles;

A partir de então, deram àquele local o nome de água doce. Aquele espaço foi ficando muito frequentado pelos pescadores, e a sua fama espalhou-se velozmente, tornando-se referência de parada para beber água saborosa e passar as noites. E assim, sempre que os pescadores vinham pescar por essas bandas, quando a água faltava, alguém sempre dizia: vamos buscar água doce! (IDEM, 2021, pág.12)

Contudo, o local foi se tornando uma referência de alimentação e repouso, com isso, num determinado dia, um dos pescadores tomou uma importante decisão:

O pescador chamado Pedro Carvalho, decidiu fazer um rancho de palha de buriti, e trouxe sua esposa, dona Aguida Rosa de Carvalho e seus filhos para lá se instalarem. Sua esposa, além de cuidar da casa e dos filhos, tecia redes de fibra do olho do buriti e do tucunzeiro, trazidas do Barro Duro. Após a chegada desses moradores, logo, outras famílias também vieram e foram se instalando. O espaço habitado foi se expandido com tanta rapidez, que em pouco tempo, tornou-se uma Vila, surgindo a primeira rua, que se chamou São Sebastião, até então, distrito de Araióses. (IDEM, 2021, pág. 13)

Em 16 de junho de 1994, aconteceu a emancipação de Água Doce do Maranhão, autorizada em plebiscito, sancionada pelo governador em exercício, José Ribamar Fiquene (1994-1995). A votação a favor da criação do novo município, foi bem expressiva, somando os 3.063 (três mil e sessenta e três) votos. Essa grande manifestação foi acatada, e em 10 de novembro de 1994, criou-se, a cidade de Água Doce do Maranhão, desmembrando-se assim, da cidade de Araióses.

Segundo pesquisa realizada por Aguiar (2011) com moradores ribeirinhos de Água Doce do Maranhão, sobre o uso e importância das águas do rio Magú, observou-se que:

[...] **sendo grande a importância do rio Magú para as comunidades ribeirinhas do município de Água Doce do Maranhão**, pois mesmo com todas as questões básicas levantadas, os ribeirinhos fazem atividades básicas do dia a dia no rio, bem como contribuem positivamente para a sua preservação, mostrando o quão é fundamental para todos os moradores da região, **apesar de serem pessimistas em relação ao futuro do rio, este é essencial para a manutenção da vida na região**. E por fim, em se tratando de projeção futura, mesmo dando sua contribuição para a preservação do rio Magú, **a maioria dos entrevistados mostrou pessimismo quanto ao futuro do rio**, pois apontaram que veem o rio no futuro poluído, outros o enxergam seco; e apenas uma minoria observa o rio mais belo do que hoje. (AGUIAR, 2011, p.39, grifo nosso)

Diante os fatos apresentados acima por Aguiar, constata-se mais uma vez, o quanto o rio Magú, é importante para o bem-estar de seus ribeirinhos. No entanto, estes, temem pela incerteza da perpetuação das águas limpas e correntes, de modo que, possam continuar usufruindo, pois, ao tempo que o homem limpa e faz uso, também polui.

Assim como a bandeira de Santana do Maranhão, a bandeira Municipal de Água Doce do Maranhão (figura 3), recentemente redesenhada (2021), pelo atual Departamento de Cultura, carrega a simbologia das águas do rio Magú; enaltecendo principalmente, a cultura da pesca, atividade essa, que deu origem ao nascimento e nome da cidade, como citado anteriormente. Traz ainda, a simbologia do sol, pois é uma cidade circundada tanto pelo mar, quanto pelo rio e mangues; com isso, é grande fornecedora não só do peixe (*Geophagus brasiliensis*), como do camarão (*Litopenaeus schmitti*), do caranguejo (*Brachyura*), e do sururu; e as cores da bandeira brasileira, em respeito e homenagem ao Brasil.



FIGURA 3- Bandeira do município de Água Doce – MA (Departamento Cultura de Água Doce do Ma, 2021)

Hino Oficial da Cidade

Entre as matas, o rio e o mar;
 Tu escondes tua beleza, sutil;
 Água Doce tu és para nós,
 A mais bela de todo Brasil. (2 x)

Podemos notar na primeira estrofe do hino oficial de Água Doce do Maranhão, a exaltação da beleza natural do município, motivo de profundo orgulho para seus cidadãos.

Água Doce de tantas emoções
 Em honra a ti, seremos guardiões
 Teu povo é forte, não cansa de lutar
 Teu nome é doce, para sempre hei de lembrar.

Água Doce de tantas emoções,
 Em honra a ti, seremos guardiões
 Teu povo é forte, não cansa de lutar
 São teus filhos que lutam com garra
 Na esperança de te ver crescer.
 Nesse delta de pura riqueza
 A nobreza de um povo a viver. (2 x)

A segunda e terceira estrofe, faz menção honrosa ao povo trabalhador, que está sempre na luta pelo progresso e desenvolvimento da cidade. E ao Delta, que só agrega, ainda mais riquezas a serem valorizadas.

Água Doce de tantas emoções
 Em honra a ti, seremos guardiões.
 Teu povo é forte, não cansa de lutar
 Teu nome é doce, para sempre irei lembrar. (3x)

Teus encantos fazem nossa história;
 Na memória sempre ficarás,
 Nessa terra de gente querida,
 Que jamais deixarão de te amar (2x)

Por fim, nota-se a repetição: “Água Doce de tantas emoções” fazendo referência aos desafios que o município passou até alcançar a sua emancipação. Além da exaltação do amor pelo município e juramento de proteção, aqui também não há menção direta aos povos originários do município.

1.3 ARAIÓSES

A cidade de Araióses, entre as três banhadas pelo rio Magú, é a maior em população e extensão. Dados do IBGE (2010) apontam uma população estimada em 42.505 habitantes, destes, 12.405 na área urbana e 30.460 na área rural. A área ocupada, é estimada em 1.782,5 km² (incluindo a área continental e insular), tendo sua densidade demográfica em 2010 calculada em 23,84 hab./km².

Situa-se ao leste do estado do Maranhão, na microrregião do baixo Parnaíba maranhense. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com os municípios de Magalhães de Almeida e São Bernardo; ao Leste com o Rio Parnaíba, e ao Oeste com os municípios de Água Doce e Santana do Maranhão.

De acordo com Costa (2008), Araióses já foi uma aldeia e uma vila. A sua origem dá-se por 1769, quando um grupo de indígenas separados dos Tremembés, povo que habitava grande parte do litoral maranhense e cearense, denominaram-se Arayos e passaram a viver da caça e da pesca, no local hoje denominado, povoado Aldeia. Por isso, em homenagem aos índios fundadores (Arayos), a cidade foi emancipada no dia 29 de março de 1938, pela Lei Estadual n.º 045, recebendo o nome de Araióses.

Ainda de acordo com Costa (2008), o município, localizam-se as margens do rio Santa Rosa (afluente do Parnaíba), cortado pelo rio Magú. Encontra-se na região nordeste do estado do Maranhão, privilegiado pela natureza, dispondo de grande potencial turístico, pois, é uma das portas de entrada para o Delta das Américas.

Dados do ICMBIO² informam que a Área de proteção do Delta do Parnaíba, é uma unidade de conservação, voltada sobretudo ao manejo sustentável, seja das suas atividades agrícolas, do turismo ou da pesca. Essa unidade de conservação compreende os municípios de Parnaíba, Luís Correa, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, no Piauí; Araióses, Água Doce, Paulino Neves e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará e, nas águas jurisdicionais dos rios Parnaíba, Cardoso e Camurupim, e Timonha e Ubatuba, além de 5 km de mar territorial.

Este delta forma-se a partir do Rio Parnaíba — formando a divisa do estado do Piauí e Maranhão — este, deságua no Oceano Atlântico em cinco braços, confluindo para a formação de um número expressivo de ilhas fluviais — mais de 70 ilhas.

Abrigando assim, uma quantidade tão expressiva de ilhas, o Delta do Parnaíba, tornou-se conhecido nacionalmente por sua exuberante paisagem, composta por uma enorme diversidade de biomas como dunas, manguezais e ilhas fluviais. O delta do Parnaíba tornou-se conhecido também pelas condições ideais para a reprodução do peixe-boi-marinho e também desovas de tartarugas marinhas.

O turismo também pode ser encontrado na região que compreende o Delta do Parnaíba, sendo esta região inserida no chamado circuito turístico da Rota das Emoções que abrange destinos turísticos no Piauí (APA Delta), Ceará (Parque Nacional — PARNA de Jericoacoara) e Maranhão (PARNA dos Lençóis Maranhenses) onde a atividade turística é desenvolvida em parceria com o Ministério do Turismo.

Dentro da formação histórica do município e alinhando com a importância que o rio Magú tem para a formação dessa microrregião, a bandeira de Araióses foi projetada e aprovada de acordo com alguns princípios tradicionais, históricos e representativos do Município. Nela, há seis pontos referenciais, com significação própria, à saber:

A cor **branca** — representa a paz; anseio de toda a humanidade; A **faixa alaranjada** — corresponde ao rio Santa Rosa, às margens do qual se assenta a cidade, em meio a uma paisagem panorâmica e esbelta; O **círculo solar** — representa o astro-rei, fonte de vida, de luz e de calor; O **pé de cana-de-açúcar** — significa um dos gêneros da produção agrícola que era cultivado no município; O **indígena Araio** — é o personagem central da história de Araióses, ou o povo Araiós (Arayós), na foz do rio Magú, que deu origem ao aldeamento que deu andamento à criação da futura freguesia (paróquia), vila e cidade araiosense. (Prefeitura Municipal de Araióses, 2019)

² ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007). — Plano de revisão do manejo da APA. Delta do Parnaíba. (P.02)

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/termo_de_referencia_planodemanejo_2017.pdf) Acesso em: 21/02/2020.

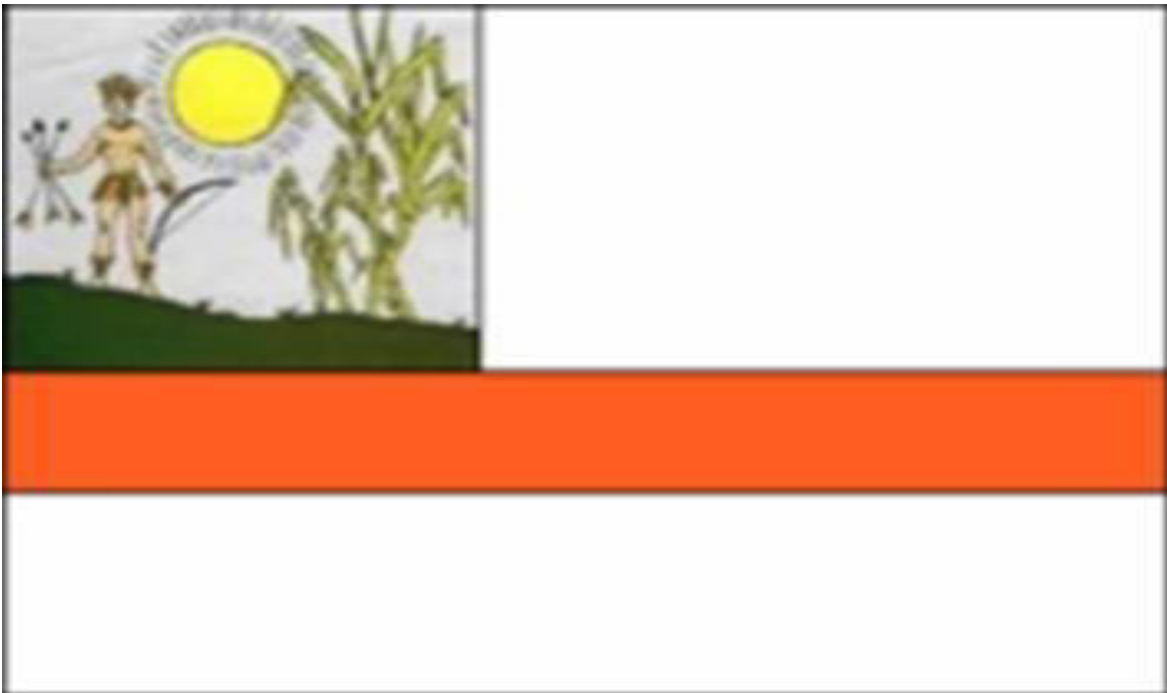


FIGURA 4- Bandeira da cidade de Araióses -MA (IBGE, 2021)

Em suma, a partir de todas as informações analisadas identifica-se pelos moradores, pelos gestores dos municípios que toda região, desde a nascente do rio Magú (Santana), até o seu desaguar no rio Santa Rosa (Araióses), é ampla e popularmente conhecida, como: região Magú.

Hino Oficial da cidade

Salve ó terra de heróis destemidos
 Que buscais o progresso e aventura
 Não tem mais os caminhos vencidos
 Tudo alcança com fé e bravura.

Teu trabalho e o teu nome então,
 Complementam o poder da nação.

Araióses, Araióses,
 És à terra da paz e do amor;
 Tua gente, venturosa
 Enobrece o teu grande esplendor.

Podemos observar na letra do hino da cidade de Araióses, referências a esperança, busca pelo desenvolvimento da cidade, e exaltação da população local, com palavras como grandeza e bravura. Além disso, não são feitas referências contínuas aos bens naturais da terra, nem ao povo Arayos que está representado em sua bandeira.

Seja sempre constante em tua glória
 Aos teus filhos que esperam por vir;
 E aos passos mais altos da história,
 Do Brasil vós ide ver de uri.

Sobre nós permaneça a grandeza,
 Sublimada pela natureza.

Araióses, Araióses,
 És à terra da paz e do amor;
 Tua gente, venturosa
 Enobrece teu grande esplendor. (2x).

Essa falta de menção dos povos originários no hino é curiosa, pois, enquanto falta menção aos povos originais, existem menções a ideais de progresso e nação e, a partir disso, podemos relacionar que a desconsideração e não menção aos povos originários, venha de uma desvalorização ou desconhecimento da cultura dos Arayos como progresso.

Como visto, cada município abordado na presente pesquisa, tem sua origem relacionada diretamente com o rio Magú; o rio proporcionou frutos para a vivência e oportunidade de vida aos povos originários que ali estavam construindo suas culturas. No hino dos três municípios existem diferenciações e pontos em comum que são pertinentes sociologicamente falando, como, por exemplo, a constante menção ao progresso ou avanço da sociedade local, enaltecendo a luta da população, proteção e valorização ao município.

Entretanto, os pontos de distinção são pertinentes na medida que essas menções ao progresso, proteção e valorização ao município não fazem nenhuma menção aos povos originários que ali habitavam. No hino de Santana existe forte menção católica, no de Água Doce, existem menções as águas do rio Magú, e no de Araióses, existe a exaltação do município, e a quase nula menção aos bens naturais e ao povo Arayos estampado em sua bandeira.

No próximo capítulo será apresentada a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997) e a Política Estadual de Recursos Hídricos (2004) na intenção de discutir o rio para além de um bem natural apenas para o uso, mas como bem para conservação. Além disso, é realizada a discussão acerca da microbacia do rio Magú, os balneários e seus impactos, considerando a ação dos habitantes, as causas naturais, e nesse mesmo sentido, a possibilidade de uma maior didática ao abordar as políticas nacionais com as comunidades para tornar esse conhecimento de preservação mais acessível, presente e didático.

2. A POLÍTICA ESTADUAL DO USO DAS ÁGUAS E A IMPORTÂNCIA DO RIO MAGÚ PARA OS MUNICÍPIOS DE SUA MICROBACIA.

A partir da análise histórica da formação dos três municípios que compõem a Microbacia do rio Magú (Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão e Araióses), nota-se o protagonismo deste, para a migração e desenvolvimento de comunidades em seu entorno; bem como, o uso diário de suas águas para diversas atividades cotidianas, como: beber, tomar banho, banhar os animais, cultivo de agricultura de subsistência; e mais recentemente, veem ganhando significação exponencial, no quesito: exploração do potencial turístico das águas do rio Magú, objeto de estudo deste trabalho.

Nesse sentido, após destacarmos os processos formativos desses municípios, escreveremos a respeito das normativas para o uso da água, destacando a política de águas do estado do Maranhão. Dessa forma, pretende-se observar: a) As definições legais para o uso da água e, b) Demonstrar o papel que o rio Magú detém para estes municípios, em especial, ao nosso objeto de estudo, os povoados ribeirinhos, localizados no município de Água Doce do Maranhão que passam a desfrutar do rio através de balneários.

A *Política Estadual de Recursos Hídricos*, foi criada sob a Lei n.º 8.149, de 15 de junho do ano de 2004, durante a gestão do governador José Reinaldo Tavares (2002 a 2006). É um marco na questão do trato das águas no Estado do Maranhão, consistindo em um conjunto de princípios, diretrizes e ações no campo das águas. Segue as mesmas diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), com os seguintes fundamentos:

- I – A água é um bem de domínio público;
- II – A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico e social;
- III – Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV – A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V – A bacia hidrográfica é a unidade físico-territorial para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos;
- VI – A gestão dos recursos hídricos, deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;
- VII – A compatibilização entre o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, os Planos Diretores de Bacia Hidrográfica, os Planos Diretores dos Municípios e os setores usuários.

O documento dialoga com normativas nacionais, como a Constituição Federal (1988), a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9433/1997), e o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (1992).

São oito (08) os objetivos da Política Estadual, à saber:

- I – Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II – a utilização racional e integrada dos recursos hídricos incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III – a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes de uso inadequado dos recursos naturais, que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública, e prejuízos econômicos e sociais;
- IV – a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas; V – o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio dos custos das respectivas obras;
- VI – a gestão do uso e da ocupação do solo urbano e a de coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos e líquidos;
- VII – a articulação intergovernamental para compatibilização de planos de uso e ocupação do solo urbano e da disposição dos resíduos sólidos e líquidos, visando a proteção de mananciais;
- VIII – a conservação e a proteção permanente de áreas dotadas de características fisiográficas indutoras da recarga natural de aquíferos, para a manutenção da dinâmica das águas superficiais (MARANHÃO, 2004).

A partir dos seguintes objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos (2004), podemos observar normativas que buscam a manutenção e distribuição desses recursos do Maranhão e dos recursos hídricos do rio Magú, objeto de estudo da presente pesquisa. É interessante observar como estes parâmetros seguem uma normativa ampla de práticas que devem ser difundidas socialmente através da reeducação ambiental e aplicadas em todas as realidades das comunidades, cidades e municípios que utilizam dos recursos e se desenvolveram a partir das águas originadas do rio Magú.

As políticas de uso dos recursos hídricos são fundamentais para a preservação do bem natural e para limitar o uso, de modo, que o mesmo seja realizado de forma responsável e sustentável, abrangendo principalmente como limite para as práticas políticas e comunitárias do consumo e uso dos recursos hídricos, focando no uso sustentável das águas, preservando sua nascente e consumindo com prudência dos frutos que a fauna e flora do rio propiciam.

Além dos objetivos, é necessário se atentar também às diretrizes apontadas pela Política Estadual de Recursos Hídricos (2004), as quais, ambas dialogam entre si.

No total, são doze (12) diretrizes apontadas, à saber:

- I – a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
- II – a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do Estado;
- III – a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;
- IV – a articulação do planejamento estadual de recursos hídricos com os planejamentos nacional e municipal e com os diversos segmentos de usuários e da sociedade civil;
- V – a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;
- VI – a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras;

- VII – o incentivo à formação de consórcios entre os Municípios, com a realização de programas de desenvolvimento e de proteção ambiental;
- VIII – a realização de programas integrados com a União, os Estados vizinhos e os Municípios, por meio de convênios de mútua cooperação, assistência técnica e financeira, e outros instrumentos adequados ao gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;
- IX – a promoção de ações integradas nas bacias hidrográficas visando ao tratamento de efluentes e esgotos urbanos, industriais e hospitalares previamente ao seu lançamento nos corpos d'água;
- X – a compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional, o plano diretor municipal e com a proteção do meio ambiente promovendo a harmonização entre os múltiplos usos dos recursos hídricos;
- XI – a promoção de programas destinados à capacitação profissional, à educação ambiental e à pesquisa na área de recursos hídricos;
- XII – o desenvolvimento do transporte aquaviário e seu aproveitamento econômico (IDEM, 2004).

Como visto, as diretrizes apresentadas refletem o caráter de distribuição e acesso aos recursos hídricos, algo que vem como complemento às políticas, já que elas apresentam maior caráter de manutenção e uso responsável dos recursos hídricos. É possível observar parâmetros para políticas públicas de consumo, uso, distribuição e acesso aos recursos hídricos que conversam com práticas estaduais, nacionais e municipais, funcionando como parâmetros sustentáveis acerca desses recursos.

Além disso, um ponto principal que deve ser ressaltado, é a valorização e promoção de programas de capacitação profissional de educação ambiental e gestão de recursos hídricos, fazendo assim, com que sejam desenvolvidos espaços de educação e reeducação ambiental, pesquisa e ensino acerca dos recursos hídricos.

Tais parâmetros são de fundamental conhecimento para a comunidade, para que assim, saibam o que está sendo utilizado, fazendo com que essas políticas e diretrizes funcionem como um espaço de vivências que contribuem com a comunidade socialmente, além das leis e normas.

Os Planos de Recursos Hídricos e os Planos Diretores de Bacias hidrográficas (2000) tem por objetivos fazer inventários e diagnósticos das águas — superficiais e subterrâneas — elaborados a partir das bacias hidrográficas; análise do crescimento demográfico, da dinâmica das atividades produtivas e as transformações na ocupação do solo; balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos (quantidade e qualidade), com identificação de conflitos; criação de metas de racionalização com o aumento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos; desenvolvimento de programa e projetos; outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos; diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos; criação de áreas sujeitas à restrição de uso para proteção dos recursos hídricos; valorização profissional e de comunicação na área de recursos hídricos; aperfeiçoamento do sistema de planejamento estadual e inter-regional dos recursos hídricos (IDEM, 2004).

O enquadramento dos corpos de água em classes significa como a água será usada de acordo com sua qualidade. Conforme a qualidade da água, se faz o uso. A outorga de direitos de uso dos recursos hídricos considera os usos múltiplos da água e do controle quantitativo e qualitativo; a cobrança do uso de recursos hídricos, com financiamento de programas e intervenções contemplados no Plano de Recursos Hídricos e nos Planos Diretores de Bacias hidrográficas (2000); e aplicar nas bacias nas quais estes recursos forem arrecadados; o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (1997), com coleta, tratamento, armazenamento, a recuperação e a disseminação de informações sobre recursos hídricos; o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (1997), que financia a implantação e o desenvolvimento da Política Estadual de Recursos Hídricos (1991) e as infrações para aqueles que infringem as normas de utilização das águas superficiais ou subterrâneas (IDEM, 2004).

Mesmo com a regularização e desenvolvimento de diversas políticas tanto estaduais, quanto federais, cabe o questionamento acerca da regionalidade das ações dos moradores e como essas leis implicam na vivência desses povos que se localizam e consomem dos bens em volta das águas do rio Magú. A meu ver, os parâmetros apresentados servem como “pano de fundo” geral para relações macro do homem com o rio, sem considerar a regionalidade e vivências desenvolvidas ali, e se aproximam mais como barreiras ao consumo em massa, do que com o uso cotidiano das águas.

A política vem regular os usos das águas, continentais e subterrâneas, no estado do Maranhão. Apesar dos avanços, a política apresenta diversas lacunas, como: o ciclo natural de existência e restauração das águas não é considerado; a interação entre a água e os demais bens naturais não é um ponto tocado no texto oficial; as limitações no discurso da política, que não aparece a sócio diversidade do Estado; não se coloca as especificidades hídricas que há no estado do Maranhão; os descompassos entre o discurso e a prática; e as profundas dificuldades da política chegar aos municípios maranhenses.

Compreendem-se necessárias as bases para essas discussões acerca da sustentabilidade, entretanto a realidade dos moradores se diferencia no ponto em que seu uso e desuso é diferenciado, e seu conhecimento sobre a legislação é limitado também por desconhecimento. Dito isso, se fazem necessárias práticas onde o ensino, legislação e vivência sejam encurtados para uma relação mais estreita quanto ao bem natural e a localidade dos moradores, desta forma a diferença no momento da aplicação da lei se faria mais palpável ao regional, e não, como algo distinto e mais geral.

Associando os princípios dispostos dentro da Política Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão (2004) será possível tecer a análise do uso do Rio Magú nos povoados ribeirinhos

do município de Água Doce do Maranhão, visto que se pretende com este trabalho analisar como o rio vem sendo usado pelos moradores e os impactos sobretudo econômicos e sociais da presença de balneários a margem do Rio Magú nestes locais.

Para tal, será necessária a definição dos aspectos geográficos dos rios, para que dessa forma consigamos demonstrar de que maneira a exploração da microbacia do Magú tem influenciado no modo como vivem os moradores rodeados por ela.

2.1 O RIO, CONSUMO E PRESERVAÇÃO

Sabe-se que os rios, são áreas de preservação permanente (APP), ao mesmo tempo que são bens de uso comum, e nas duas formas são protegidos por leis, dentro de cada realidade ambiental (CONTI & FURLAN, 2011 p.50). A própria Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 225, é bastante clara sobre isso, definindo que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Os rios podem ser perenes ou não, ou seja, seus leitos podem congelar seu fluxo (rios intermitentes) ou podem continuar seu fluxo durante todo o ano (rios perenes). Tendo em vista isso, é necessário ressaltar a importância acerca do estudo e pesquisa sobre a nascente do rio e como seus recursos estão sendo utilizados e distribuídos para a população. É necessária a aprovação e aplicação de leis municipais que conversem com as diretrizes estaduais e federais de recursos hídricos, onde elas têm como ponto a valorização e ensinamento acerca dos recursos hídricos locais.

É necessário considerar as práticas de consumo que foram sendo desenvolvidas em total oposição aos hábitos de vida que os povos originários construíram, ou seja, o consumo desenfreado na crença de que o bem é inesgotável não é só falho, como também irresponsável. As próprias atividades desenvolvidas recentemente, como, por exemplo, o turismo, são afetadas de forma negativa se não houver uma preservação e zelo pela nascente e arredores do rio, e se pensarmos no turismo como impacto social nas trocas culturais e econômicas dentro da vida nos municípios

A biodiversidade é peça fundamental de toda a vitalidade que o ecossistema do rio Magú oferece, seja por suas densas carnaúbas e buritizais, seja pelos peixes diversos em sua maioria o tucunaré e a curvina; aqui a proliferação da vida aos arredores desse bem vital não difere das demais municípios onde o rio transpassa, pelo contrário, a vida social só se desenvolveu ao

ponto que se encontra atualmente por conta primeiro da relação com o rio, e a partir daí, o desenvolvimento de atividades que não se separam do mesmo.

A diversidade que o rio proporciona é fundamental aqui para a vida, para além do biológico e do social. A água é essencial para todas as formas de vida, sem ela, não existiram processos vitais, como a fotossíntese e a respiração. (CONTI & FURLAN, 2011 p.120.)

2.2 A MICROBACIA DO RIO MAGÚ

Consoante a Lei Federal n.º 9.433 de 8 de janeiro de 1997, as microbacias hidrográficas são consideradas as menores unidades de gestão territorial, ou seja, quando se pretende discutir a gestão das águas as microbacias são as menores unidades de pesquisa possíveis, dado que compreendem uma extensão territorial menor e permitem ao pesquisador um objeto de estudo voltado a preservação e estudo de microrregiões e de pequenos rios com importância ímpar para os municípios que o cercam.

Tal definição para essas microbacias entendem o uso da água como um recurso de domínio público, porém com valor econômico, sendo o seu uso prioritário para o abastecimento de famílias onde o poder público, “deve tomar como unidade territorial a bacia hidrográfica, que se constitui fundamental para o planejamento, manejo e uso adequado do solo e da água” (PIERONI et. Al, 2019, p.185)

Nosso objeto de estudo compreende a microbacia do Magú, formada pelos três municípios supracitados, localizados na parte nordeste do Estado do Maranhão:

O rio nasce na porção central de Santana do Maranhão, forma a divisa com o município de Água Doce em sua porção sul, desaguando ao norte de Araiões no Rio Santa Rosa, braço do Rio Parnaíba. A área dos três municípios totaliza mais de 3.300 km². (CALDAS & RODRIGUES, 2005, p. 183).

A rede hidrográfica é composta de quatro bacias principais, formadas pelos rios Parnaíba, Magú, Mariquita e Santa Rosa. Essa região geologicamente é composta por terrenos de formações recentes e com matérias predominantemente inconsolidadas, ou seja, essa região apresenta características sedimentares.

O clima da região do rio Magú, tem zona de convergência intertropical, ou seja, o clima é quente e subúmido, caracterizado por duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca. O rio Magú possui águas transparentes com vegetação caracterizada por grandes densidades de plantas aquáticas e extensas áreas formadas por palmeiras de buriti e carnaubais

(*Mauritia flexuosa* e *Copernicia prunifera*) ao redor do rio e dos municípios. É possível afirmar que essa mata e vegetação caracteriza a área do rio, quando em maior densidade visível.

A microbacia do rio Magú, situa-se na parte leste-nordeste do Maranhão e se insere na área do Baixo Rio Parnaíba, na região de influência do delta deste rio. Segundo Caldas e Rodrigues (2005) “o rio Magú assim como outros rios dos tabuleiros, é de regime perene, e se orienta de sudoeste para nordeste para confluir com o rio Parnaíba”.

A relação do rio Magú com as comunidades ribeirinhas, é notória, profunda e indissociável. Como observa (AGUIAR, 2011, p.17), “O rio Magú, é tão íntimo às comunidades ribeirinhas, que toda a região, desde à nascente até o seu desaguar no rio Santa Rosa, recebe o seu nome — Região Magú”. É justamente as margens dessas águas que se têm notícia da formação e instalação das primeiras civilizações, com o rio Magú como o principal meio de transporte dos ribeirinhos e pescadores além de ser local acessível para a vida, sendo intermédio entre o meio para locomoção e fonte de alimentação. A escolha do nome do rio Magú se deu por seus primeiros desbravadores e está intimamente ligada ao aspecto de suas águas, não tendo documentos onde afirmam se os povos anteriores chamavam o rio por outro nome; entretanto pressupõe-se que o termo não se distancie por conta da palavra que intitula o rio ser propriamente de origem indígena.

O termo Magú, é uma palavra de origem indígena que significa — magia, encanto, luz, algo reluzente. Foram os índios que habitavam essas terras (índios Arayos — ramificação dos Tremembés) que o denominaram assim, pois, suas águas eram tão transparentes que era possível observar os peixes; a areia branca do fundo e o próprio reflexo dos índios. (COSTA, 2008, p.02).

Atualmente, percebe-se que a transparência das águas em alguns pontos já não é tão notória, principalmente na época das chuvas, período em que, o rio fico muito caudaloso e excesso de sedimentos são trazidos pela enxurrada para dentro do rio, deixando suas águas escuras. Contudo, a energia, e a magia transmitida pelo mesmo, continua viva, trazendo tranquilidade e orgulho para seus ribeirinhos. Pôr-se diante do rio, admirar e usufruir de suas águas, é perceber, o quão felizes foram os indígenas na escolha de seu nome; o quanto os ribeirinhos desenvolveram as suas relações culturais ali e suas práticas comerciais pelas águas do rio e os momentos de pesca. É possível afirmar que o rio Magú sempre carregou e ainda representa a base social, relacional e cultural dos povos e municípios ao seu redor, onde todas as relações compreendem intimamente por intermédio ou diretamente com os rios e diferentes comunidades construídas ao seu redor.

2.3 OS BALNEÁRIOS E SUAS IMPLICAÇÕES

Afinal, o que são balneários? Dependendo da região geográfica, em que está localizado, o conceito pode sofrer algumas divergências. Entretanto, nenhum chega a ser tão brusco. É possível observar que todas as definições estão associadas a um local direcionado a banhos.

Com origem etimológica na palavra latina, “balnearius”, o primeiro significado mencionado pelo dicionário ERA — Dicionário de língua espanhola editado e publicado pela Real Academia Espanhola (2014), — indica que balneário é um conjunto de adjetivos que aludem aos banhos públicos, sobretudo, aqueles que são de uso medicinais.

Na Europa, balneário, é o nome dado as instalações equipadas com banhos medicinais e serviços turísticos baseando-se no uso de água mineral ou termal como ferramenta de cura para distúrbios respiratórios, articulares, dermatológicos e digestivos, entre outros. Na América Latina, é conhecido como balneário a cidade ou povoação que fica ao lado do mar. É ainda, sinônimo de parador ou clube de praia.

No presente trabalho “balneários” refere-se a espaços de lazer, construídos as margens do rio Magú, nos quais, vários serviços são ofertados, dentre eles: cardápio contemplando iguarias criadas na própria região, como no caso do peixe tambaqui e da galinha caipira (figura 5); casinhas acolhedoras para se abrigar do sol, cobertas por palhas da carnaúba, tendo a mobília, composta por mesas e bancos produzidos com madeira de origem regional; parquinhos infantis gratuitos; redes, dentro e fora do rio (figura 6); botes; parquinhos de diversão para as crianças (figura 7); espaços decorados para fotos (figura 8) e principalmente, oferta águas límpidas e calmas, capazes de proporcionar banhos revigorantes.



Figura 5- Açude com criação do peixe tambaqui, Balneário Carnaúbas Bar, 2022. Fonte: A autora.



Figura 6 –Redes de Nylon dentro do rio, ancorada em madeira para usufruto dos turistas, Balneário Carnaúbas Bar. 2022. Fonte: A autora.



Figura 7- Parquinho de diversão gratuito para as crianças, Douglas Bar, 2021. Fonte: A autora.



Figura 8 –Espaço decorado para os turistas registrarem sua visita, Balneário Douglas Bar e Churrascaria, 2021. Fonte: A autora.

Um meio de viabilizar o comércio e reconhecimento acerca da cultura do rio Magú se dá a partir da construção de diversos balneários no decorrer de seu curso. Os herdeiros de terras que se situam as margens do rio, enxergaram em suas águas grande oportunidade de negócio e geração de renda, possibilitando também um espaço para relações sociais e trocas culturais.

Em contrapartida, os balneários, por vezes, são vistos de forma negativa por moradores ribeirinhos que consideram que o bem natural e público tem sido alvo de apropriação e modificação por pessoas que abusam da busca pelo lucro.

Com a vinda de turistas e visitantes, entende-se que a vigilância e fiscalização tendem a ser maiores, pois agora também sendo um local de consumo, normas devem ser seguidas para a preservação do local e das águas do rio. Essa deve ser uma tarefa, entre comunidade e município, realizando a aplicação das diretrizes e normas sanitárias de conservação das águas, fazendo assim, que o negócio não se desenvolva só para a área de consumo e deixe de lado o proveito natural e preservação do bem fundamental para as comunidades e para o município, a água.

O desenvolvimento de diretrizes locais deve dialogar de forma mais simples com a construção das pesquisas etnográficas com as pessoas que consomem mais intensa e brandamente dos bens do rio, e é necessário ter em mente sempre a relação de que o bem natural é que dá base para aquela sociedade e as pessoas dependem intimamente deste bem, logo, a perspectiva de “bom senso” deve passar do primeiro ponto particular para uma construção coletiva com base no uso sustentável e consciente.

Conforme a pesquisa realizada por Aguiar (2011), com moradores ribeirinhos do rio Magú, a maioria citou que a modificação mais notória do rio no decorrer do tempo, são o fechamento dos canais fluviais e a poluição.

Ainda segundo o autor:

O outro item apontado por alguns entrevistados como alteração feita no rio foi a **construção de pontos turísticos**, o que também modifica o estado primário do rio. O fato importante é que os 7 entrevistados que citaram esta alteração, residem nos povoados de Cana Brava e São Raimundo, fato facilmente explicável, já que as duas localidades possuem alguns bares e restaurantes que exploram o turismo do rio Magú. Em Cana Brava têm-se dois e em São Raimundo mais dois; um deles construído recentemente. Com esses pontos turísticos, citaram ainda a construção da ponte de concreto da rodovia MA-034 que dá acesso à cidade de litorânea de Tutoia construída em 1996. (AGUIAR, 2011, p.31. Grifo meu)

A construção de pontos comerciais vem ocorrendo de modo constante e trazendo alterações nas dinâmicas de vida da população que se aloca próxima ao rio Magú, e assim como aponta a citação acima, a localidade é privilegiada, pois, são locais onde a nascente passa

próxima a um ponto de referência, neste ponto, os balneários são bem localizados nos municípios levando uma nova relação de mercado e de estrutura para o local.

Assim como diz Costa (2008), o meio de transporte utilizado pelos moradores e povos que viviam próximos ao rio Magú eram as pequenas e grandes embarcações, em sua maioria as pequenas embarcações. Com o passar dos anos, o desenvolvimento tecnológico e a expansão social trouxe consigo a construção de estradas, pontes, novos meios de transportes bem mais rápido e eficientes, como: o ônibus, o carro, o avião, a moto, entre muitos outros. Trouxe consigo, acesso mais cômodo a água potável, pois muitos já usufruem da mesma de forma encanada em suas casas, e só vão aos rios, quando de fato querem tomar um banho mais despojado.

No sentido de um certo esquecimento e abandono das águas, ou seja, a desvalorização social do papel do rio Magú, é que vale lançar um novo olhar sobre o papel dos balneários na preservação de suas águas. O rio Magú, ao longo dos anos foi ganhando destaque regional, suas águas límpidas e tranquilas, tornou-se alvo de desejo e apreciação pelo capital e pelos turistas. O fator primordial para o destaque dessas águas, foram os investimentos na construção de balneários as suas margens, viabilizando principalmente o acesso e a visibilidade aos locais de banho.

Os filhos de antigos proprietários de terras localizadas próximas às margens do rio Magú enxergaram nessas águas uma grande oportunidade de negócio, geração de renda e consequentemente de sobrevivência. A criação dos balneários associou fatores de turismo, comércio e geração de renda. Tal movimento de apropriação desses recursos naturais e adaptação para o lazer e renda vem decorrente de uma expansão das práticas mercantilistas associadas ao meio ambiente e ao principal atrativo do município.

Atualmente as atividades de pesca diminuíram consideravelmente às margens do rio Magú, dando espaço para o espaço de lazer e descanso dos balneários. Um paralelo possível de ser realizado são as consequências disso, pois a prática da pesca antigamente influenciava na biodiversidade do local com mais ênfase nos períodos chuvosos onde a pesca era abundante e a complementação na alimentação era garantida. A atividade de pesca também fazia com que em período de águas rasas, a nascente do rio ficasse mais densa por conta do fluxo contínuo de pescadores, deixando assim a água mais turva e com mais resíduos naturais que atrapalhavam a visibilidade por conta da movimentação no local.

No que diz respeito a isso, Costa (2008, p.5) afirma:

Com o Rio Magú, a pesca sempre fez parte dos costumes [...] e, o peixe, da mesma forma, compôs a mesa dos moradores, mesmo que de maneira complementar devido à ênfase na carne do gado bovino. Mas já existiram épocas em que a pesca era a principal fonte de alimentação pela razão das grandes secas que castigavam a região. Atualmente a pescaria é quase imperceptível na localidade, a não ser devido àqueles que ainda mantêm o costume. E, isso é mais visível em épocas chuvosas quando fica mais viável para se pescar. A respeito do consumo de peixe em Cana Brava, o que se observa é a compra do produto vindo, principalmente do litoral, pois é barato e rápido de se obter.

A inversão nas práticas de consumo e vida proporcionam essa nova dinâmica abordada: em um tempo a subsistência era garantida pelo rio e seus frutos de forma natural. Atualmente ela é garantida pelo atrativo local que tem como centro as águas, e como podemos observar, as duas atividades de consumo se distinguem também no prejuízo natural que podem causar à nascente, tendo a atividade capitalista como maior danosa ao ambiente a longo prazo.

A sociedade mantém, com o lugar onde se instala, um sistema de trocas e de intercâmbio de influências, num singular processo interativo. A comunidade humana atua sobre os componentes da esfera (natureza) para dali tirar seu sustento e assegurar a própria sobrevivência: tais atividades, porém, podem provocar uma ação de retorno, tanto mais vigorosa quanto maior for a escala de intervenção. (CONTI, 2006, p.115)

É impossível dissociar os impactos ambientais das atividades urbanas desenvolvidas às margens do rio Magú com a chegada dos balneários. A atividade humana de consumo e imprudência resulta em poluição e descuido com o bem natural, e por mais que gere lucro para o comércio local, é contraditório no limite em que o bem não é infinito e pode se tornar inviável e pouco atrativo. A imprudência do consumismo ilimitado desencadeia essas práticas, que se não fiscalizadas, causam grande prejuízo.

Os principais impactos detectados na bacia são a disposição irregular de lixo, lançamento de esgotos “in natura” em trechos mais urbanizados, o desmatamento da mata ciliar, as queimadas para os cultivos de subsistência, colonização intensa por plantas aquáticas, além da pesca e caça predatórias. (GOMES, 2008, p.38)

A atividade de fiscalização deve ser mais intensa para o controle desses prejuízos ambientais. O local dos balneários pode ser aproveitado de forma ecológica e consciente se concordarem com normas públicas e sempre reforçando o bom senso para os visitantes. Se pensarmos um exemplo prático, aplicam-se as práticas de conservação de Áreas de preservação ecológicas, onde existe o chamado “turismo ecológico” que passa por práticas de consumo, estudos geográficos, palestras, conscientizações, aproveitamento e conservação de forma equilibrada e saudável.

(...) a geografia de hoje deve entender cada vez mais o que acontece com o crescente processo de distanciamento entre os interesses socioeconômicos, de um lado, e as necessidades reais de preservação da natureza, de outro. A procura de soluções alternativas para o desenvolvimento econômico, com justiça social e racionalização

do uso dos recursos naturais que atenuem os impactos ambientais, é o rumo a ser perseguido pelas sociedades atuais e futuras (CONTI & FURLAN, 2005, p. 16-17)

O exemplo de Araióses deve ser seguido; as áreas de conservação funcionam como o entreposto entre a ação humana e a preservação de áreas naturais com grande importância social para as comunidades locais e a biodiversidade do ambiente. Percebe-se que alguns parâmetros poderiam ser adotados em pequena escala, como, por exemplo, a monitoração constante do fluxo de pessoas e das suas atividades naquele local.

Além disso, as atividades de “turismo ecológico” carregam uma carga didática importante para a conscientização dos visitantes que buscam conhecer algum local, desta forma as práticas de ensino e transmissão acerca da biodiversidade dos locais onde os balneários, casas às margens, e no município onde as águas do rio Magú abrangem.

A conscientização e monitoramento tomam a frente como os principais nortes de uma educação ecológica como meio para minimizar e debater as causas das ações dos indivíduos em relação ao uso e desuso das margens do rio. (Balneários, comércio, pecuária, pesca, transporte).

3 - OS BALNEÁRIOS LOCALIZADOS AS MARGENS DO RIO MAGÚ NO POVOADO DE CANA BRAVA, ÁGUA DOCE DO MARANHÃO

Após termos feito a descrição da bacia hidrográfica do rio Magú, e termos conhecido também a geografia deste, bem como os municípios que o rodeiam, podemos perceber que muito da história desses locais conflui com o uso e a ocupação das margens do Magú.

Nesse sentido, na terceira sessão deste trabalho, apresentaremos o povoado de Cana Brava — ponto central desta monografia — analisando também a sua formação histórica e agora compreendendo com o auxílio das entrevistas realizadas com moradores e com proprietários dos balneários, como essas relações sociais, econômicas e culturais se apresentam.

Iniciaremos apresentando o nosso local de pesquisa, em seguida discutiremos os resultados obtidos com a aplicação dos questionários ao nosso público-alvo, analisando-os a luz dos autores que nos embasaram teoricamente até este ponto.

3.1 SOBRE O POVOADO CANA BRAVA- MA.

Cana Brava é um povoado maranhense, localizado no KM- 38, as margens da rodovia MA-034, — Que liga a cidade litorânea de Tutóia, tanto a BR-222 (a qual dá acesso a todo o noroeste do Maranhão) como também, à rodovia MA-035 — que leva à divisa Maranhão-Piauí (COSTA, 2008).

Conforme o mesmo autor, a Hidrografia Canabravense é toda baseada no curso do rio Magú, com isso, Cana Brava pertence a dois municípios: Água Doce do Maranhão e Araióses. No entanto, mesmo Cana Brava tendo surgido do lado sul — lado que hoje pertence ao município de Araióses, é do lado norte, pertencente ao município de Água Doce, que houve desenvolvimento mais significativo, pois, é o maior tanto em povoamento, quanto em estrutura econômica e política.

Com isso, a porção sul de Cana Brava/Araióses — ficou restrita a poucas casas, duas escolas, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e uma pequena praçinha. Acredita-se que o desenvolvimento do lado Agudocense tenha sido maior por questões externas à política, pois os proprietários não hesitavam em vender ou ceder as terras para que outras pessoas viessem morar, ao contrário do lado Araiósense, onde, não houve esse dinamismo (COSTA, 2008).

3.1.2 Origem Do Nome

Ao analisarmos a obra de Costa (2008) intitulada *O ABC de Cana Brava*, observamos que o autor se dispõe de poucos documentos oficiais que possam ajudar no fazer histórico do

povoado Cana Brava. Em contrapartida, o autor usa da história oral e da tradição dos moradores mais velhos ao relatar o processo de formação e desenvolvimento do povoado.

Costa (2008) nos apresenta em sua obra a primeira povoadora da localidade, a senhora Delfina Vilar e família, que vieram exilados da seca do Ceará, fixando-se no local onde hoje se conhece por Cajazeiras – Cana Brava/Araióses. Ali formaram a Fazenda Canabrava, que posteriormente, ficou conhecida como Cana Brava da Delfina.

Sabendo que vieram fugindo da seca e, a principal seca que alastrou o Nordeste naquela época foi no ano de 1877, imagina-se que, anos antes ou depois, eles, Delfina Vilar e familiares, tenham vindo procurar terras férteis e água, tal como já pudemos observar nos processos de formação do município de Santana do Maranhão e também de Água Doce do Maranhão na primeira sessão deste trabalho. Tal qual dona Delfina, outras tantas famílias deslocaram-se ao que hoje conhecemos como povoado Cana Brava em consequência da seca e na promessa de terras férteis.

E, nesta hipótese, credita-se confiança porque a maioria das famílias da localidade têm origem cearense e/ou se não têm, vieram para a região Magú pela mesma razão — a busca pela sobrevivência. Por tudo isso, apesar da inexatidão dos fatos, tem-se certeza de uma coisa, o rio Magú foi fundamental para a formação, não só da localidade de Cana Brava, mas de todos os povoados situados em seu entorno.

De acordo com Costa (2008), existem duas versões levantadas para a origem do nome Cana Brava:

Admitindo que tenha sido Delfina Vilar e sua família os primeiros a chegarem nas terras Canabravenses, o que encontraram aqui foi uma grande quantidade de gramíneas/cana-de-açúcar conhecidas como Cana Brava. Nome este devido a sua característica de rusticidade, ou seja, era imprópria para o feitiço de garapa, rapadura ou cachaça, pois era salobra, utilizada apenas para o pasto do gado; citam ainda os moradores que esta espécie de cana colocava uma espécie de haste (vareta) que os índios usavam como flecha para caçar. Assim, quando Delfina Vilar se instalou nas terras Canabravenses, criou uma fazenda com o nome *Fazenda Cana Brava*, ou *Canabrava da Delfina*, como afirmam alguns moradores da localidade. Deste modo, em decorrência da existência desse tipo de gramínea, é que teve a origem do nome Cana Brava. (n.p.)

A segunda versão apresentada, também muito conhecida, é a seguinte:

Tem-se ainda outra explicação para o surgimento do nome Cana Brava, que também é diretamente ligado a espécie de gramínea existe na região. Porém, não diz respeito ao aparecimento de Delfina Vilar na localidade. Conta a oralidade do povoado e, aqui se dá crédito a um dos moradores mais antigo da localidade – o senhor Raimundo Novato (in memória) — que afirma “O nome já existia bem antes mesmo dela chegar aqui”, em referência a Delfina Vilar. “Quando os vaqueiros de outras localidades saíam a procurar de algum de seus gados, muitas das vezes, encontravam eles pastando por essas bandas. Então, quando um vaqueiro encontrava outro, em suas conversas, acabavam chegando a comentar sobre este local, se fosse o caso de um ter visto os animais por aqui”. Em entrevista, com o referido morador, ele explicou o comentário anterior, exemplificando: “Por exemplo, se o senhor José estivesse procurando uma de suas vacas, ele chegava para o seu Raimundo e perguntava: - *Ô seu Raimundo, será que o senhor não viu aquela minha vaca malhada por aí não?* O senhor Raimundo respondia então, se fosse o caso: - *Eu vi sim, estava pastando lá nas canabrasas*”. Naquela época usava-se “cana braba” mesmo, pelo desconhecimento dos moradores da região da verdadeira pronúncia do topônimo. (n.p.)

Como visto, a origem do nome do povoado de Cana Brava está diretamente relacionada com o fator natural das gramíneas abundantes na região, e a divergência nos relatos apresentados está na presença ou não da família Vilar nas terras de Cana Brava. Diante de uma versão vindo da instauração de uma família, e outra versão que apresenta o nome do povoado antes sendo discutido informalmente em diálogos anteriores a chegada da família ao local, podemos pensar que uma história possa complementar a outra, entretanto, seria preciso mais entrevistas para o aprofundamento nessa discussão em específico.

3.1.3 Cana Brava e atividades socioeconômicas

O povoado tem desenvolvimento significativo, se comparado aos demais povoados circunvizinhos, sendo o povoado de Canabrava o maior da região e tem sua economia atual diversificada.

Uma pesquisa realizada por Joel Costa em 2008, apresentava Cana Brava como tendo a sua economia, baseada da seguinte maneira:

Cana Brava é uma localidade que tem a sua simplória economia baseada, principalmente na agricultura, mais especificamente no cultivo da mandioca, milho, feijão, sendo a mesma, a base de sustentação da localidade. Desde os tempos remotos, jamais se teve outra fonte principal de renda que não fosse a produção agrícola, sendo os demais processos econômicos apenas complemento comercial. E mesmo com esta ênfase na agricultura, como os investimentos são poucos, tem-se assim, uma agricultura de subsistência. Mas não são todos que participam da agricultura, tem-se a classe dos comerciantes que vem crescendo, através de bares, restaurantes, lojas em geral etc. Um ponto importante é que o comércio, estando em segundo lugar em obtenção de renda, sempre esteve lado a lado com a agricultura, dando, é claro,

àqueles que o utilizam, um melhor prestígio financeiro. Pode-se citar ainda o funcionalismo público para a obtenção de renda. Em geral, pode se classificar à economia Canabravense como rústica e quase que unilateral, ou seja, baseada quase que totalmente na agricultura. (n.p.)

É interessante observarmos o contexto em que a economia é analisada pelo autor, pois ao definir como “simplória e rústica” compreende-se que há um olhar que não foca diretamente nas atividades do campo, mas sim na comparação de um “desenvolvimento de comércio”, fazendo assim que as atividades do campo sejam vistas, como estando, num patamar abaixo das demais. Em contrapartida, podemos afirmar que toda e qualquer atividade econômica primeiro é uma atividade de vida, e tem relação com o ambiente, principalmente as do campo, menos ofensivas com a natureza ao contrário de alguns comércios e indústrias.

Contudo, mais de uma década depois da realização dessa pesquisa, é notório um cenário de desenvolvimento diferenciado, e mais diversificado que como moradora do referido povoado, pude observar de perto.

Na região, o funcionalismo público continua em ascensão (por ser bem centralizada, tem moradores concursados, em sua maioria professores, em diversos municípios vizinhos, como: Santana, Tutóia, São Bernardo e Araióses) nos mais diversos setores: educação, saúde, esporte, limpeza pública. Destes muitos são efetivos e os demais são contratos temporários. Com a observação do dia a dia do povoado, podemos ver que este número elevado de trabalhadores públicos e privados contribuiu significativamente com o avanço do povoado, e este desenvolvimento vê-se refletido na grande quantidade de serviços de expediente bancário que atuam no povoado, bem como o grande desenvolvimento do comércio e serviços.

O povoado dispõe de diversos serviços bancários, dentre eles: pague contas do Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, onde são realizados serviços de saque de benefícios sociais, saque de contas poupanças/correntes, pagamento da conta de luz e demais boletos bancários. Serviços estes, que antes eram realizados somente em cidades vizinhas, onde conseqüentemente, o dinheiro das diversas categorias de benefícios eram sacados fora da cidade, deixando de serem injetados no comércio local, pois muitos cidadãos faziam suas compras básicas, no local onde sacavam seus honorários.

Outra classe que merece destaque, são os trabalhadores da construção civil, em especial, os homens. Visto como uma maneira de ganhar uma quantidade maior e mais rápida de dinheiro, muitos jovens, só aguardam completar a maioridade, para viajarem para as grandes cidades em busca de conquistas maiores, como: construir uma casa, comprar um transporte,

iniciar um negócio próprio e até mesmo, apenas a manutenção do sustento da família, quando não conseguem um emprego no povoado que garanta o seu bem-estar.

Este processo migratório em busca de renda nos grandes centros urbanos, sem dúvidas, foi o que mais trouxe desenvolvimento na última década para o povoado, pois o dinheiro fruto do trabalho realizado nas grandes obras, em sua maioria, voltou para o interior e foi convertido em construções, na compra de automóveis (motos e carros), pequenos negócios foram montados e sem falar no comércio em geral que também é muito beneficiado. É importante citar, que depois de muitos anos trabalhando na construção civil, muitos desses jovens tornaram-se microempreendedores individuais, e tocam seus negócios gerando emprego para muitos jovens em processo de formação escolar.

Convém ressaltar também, o turismo na região; há uma década, a contribuição deste, era inexpressiva, como apresenta Caldas e Rodrigues (2005) ao afirmar que “O turismo era incipiente” (p.184). Contudo, nota-se que Cana Brava recebe um fluxo, principalmente aos fins de semana e feriados, de muitos visitantes em buscas dos banhos ofertados por diversos balneários existentes no decorrer do curso do rio Magú. E esses turistas, ajudam a movimentar o comércio de maneira direta e indireta: abastecem seus automóveis, compram em estabelecimentos locais, moradores são contratados para trabalhar nos balneários, assim como, trabalhadores autônomos, vendem pipoca, dindin gourmet, milho-verde cozido, castanha do caju assada, amendoim torrado, ovo de codorna cozido, entre outras diversas guloseimas nesses locais.

Com terras férteis, a localidade sempre teve boa produção de frutas, com destaque para o caju e a manga. Sobre o caju, apesar da população não apreciar muito a fruta, pois se prefere a castanha (item muito comercializado na região), os cajueirais são muito cultivados, pela razão anterior citada, pois dá uma renda apreciável ao produtor. Já a fruta in natura, serve essencialmente para a alimentação dos animais. Quanto à manga de apreço dos Canabravenses, também é muito cultivada. Esta, é aproveitada tanto para o consumo humano, quanto para a alimentação dos animais. Cabe mencionar, que devido à grande produção, ambas as frutas, seriam bem aproveitadas se houvesse investimentos na produção de suas polpas, para a comercialização. (COSTA, 2008)

Por fim, o cultivo da agricultura, observa-se hoje, está baseado na plantação do milho, feijão, mandioca e macaxeira. Assim como, na criação de porcos, galinhas e a pesca, são práticas mantidas por muitos moradores nativos, mas direcionadas quase que exclusivamente para a subsistência da família, com pouca ênfase em obtenção de renda. Ou seja, a atuação na economia da cidade, não tem mais um papel de destaque.

3.2 SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa, foram entrevistados moradores ribeirinhos (5 moradores) e proprietários dos balneários (7 proprietários) localizados as margens do rio Magú nos povoados, Cana Brava, Santa Maria e São Raimundo.

O primeiro passo, consistiu na elaboração de um questionário (ANEXO 1) contendo perguntas direcionadas aos moradores (14 perguntas) que permitissem conhecer: a naturalidade; o tempo de moradia; a atuação na preservação das águas e seus modos de uso no passado e no presente; se há grandes cheias na época das chuvas; as mudanças da cidade após a construção de balneários; conhecimento sobre atuação de fiscalização em relação às águas do rio Magú, assim como, a percepção que os mesmos tem, a respeito do papel dos balneários para o rio e para a cidade.

O segundo questionário elaborado (ANEXO 2), foi direcionado aos proprietários dos balneários (12 perguntas), com o intuito de adquirir informações sobre: a naturalidade; relação com o rio; preservação e limpeza das águas do rio; de que forma as cheias afetam o turismo; os cuidados direcionados ao rio; as orientações feitas aos visitantes; a geração de emprego e influência no reconhecimento e desenvolvimento da cidade. Ao todo, as entrevistas foram realizadas em sete (7) balneários, e o critério para a seleção foi o nível de desenvolvimento, e proximidade com o centro de Cana Brava- Água Doce, povoado foco da pesquisa de campo. O recorte se fez necessário, visto que, a região Magú tem outros inúmeros balneários (em torno de 15, só nas proximidades de Cana Brava) localizados as margens do rio Magú.

3.3 ENTREVISTA REALIZADA COM MORADORES RIBEIRINHOS

Tabela 1: Dados dos moradores ribeirinhos

NOME	IDADE	PROFISSÃO	TEMPO DE MORADIA NA REGIÃO
MORADORA 1	78 ANOS	LAVRADORA	DESDE O SEU NASCIMENTO
MORADOR 2	51 ANOS	LAVRADOR E PESCADOR	DESDE O SEU NASCIMENTO

MORADORA 3	62 ANOS	DOMÉSTICA	MUDOU-SE COM 8 MESES DE VIDA
MORADORA 4	52 ANOS	DO LAR	DESDE O SEU NASCIMENTO
MORADORA 5	85 ANOS	APOSENTADA	DESDE OS SEUS 20 ANOS

3.3.1 Resultados obtidos com as entrevistas aos moradores ribeirinhos

A primeira, segunda, terceira e quarta pergunta do questionário, versavam sobre o nome, idade, profissão e naturalidade dos entrevistados. Como foi supracitado, no tópico acima (tabela de dados).

A quinta e sexta pergunta, visam descobrir a relação que os ribeirinhos mantêm com o rio Magú e se eles têm/qual tipo de propriedade eles possuem próximo ao rio. Cabe salientar, que seguindo as normas da Universidade Federal do Maranhão — UFMA, o nome de todos os entrevistados para a realização desta pesquisa será mantido em segredo, com isso, agora, os participantes serão denominados “morador” ou “moradora” em ordem sequencial, conforme a realização das entrevistas.

A moradora 1, afirma que sua relação com o rio Magú, sempre foi próxima:

A vida da gente é a água. Desde criança frequento o rio. O rio era mais bonito, a gente ia até a Parnaíba. Agora o mato tomou tudo. Só tem uns pequenos igarapés (pequenas fontes localizadas nos quintais). Antigamente a gente precisava! ia pescar, trazia o peixe para comer com arroz e feijão. Não era todo dia, mas era quase todo dia. Ainda hoje, a gente usa pra lavar roupa, mas nem todo dia a água tá limpa, porque tem pessoas que levam gado para dentro do rio e a água fica toda suja. (Moradora 1, entrevista realizada no dia 20/12/2021, Piranhas, Água Doce)

Percebe-se através de sua fala, que o rio já foi navegável, e dele se retirava alimentos essenciais para sobrevivência de sua família. E também um uso menos frequente das águas, com isso, os canais fluviais vem se estreitando e tornando cada dia mais difícil um usufruto do rio límpido e caudaloso

O morador 2, afirma gostar muito do rio:

A gente gosta do rio Magú. Não tá melhor porque o rio praticamente “morreu”. Quem mandava cuidar era a governadora Roseana Sarney, todo ano pagava um pessoal pra limpar, mas agora que ela saiu, não tem mais limpeza. (Morador 2, entrevista realizada no dia 20/12/2021, Piranhas, Água Doce)

Percebe-se na fala deste morador, grande incerteza e preocupação com a preservação futura do rio, pois antes, existia um governo que limpava esporadicamente, e agora não vê mais ninguém cuidando dessa limpeza das águas.

Segundo a moradora 3, no passado sua proximidade com o rio era maior:

Eu ia buscar água do rio na cabeça. A água do rio era usada para tudo: beber, banhar, cozinhar, lavar roupa, pescar, e eram os moradores que limpavam. Agora tem água encanada em casa, eu não vou mais para o rio. (Moradora 3, entrevista realizada no dia 21/12/2021, São Raimundo, Água Doce)

Constata-se nesta fala, que a chegada da água encanada nas residências, modificou drasticamente as relações de uso do rio pelos ribeirinhos, pois estes, não tinham mais a obrigatoriedade de utilização constante do rio nas atividades diárias.

Para a moradora 4, as águas do rio Magú, são sinônimo de vida:

Eu sempre gostei de tomar banho nas águas do rio Magú. Se eu pudesse, ia tomar banho lá todos os dias, só não vou, porque dependo dos meus filhos para me levarem. Não existe um banho melhor para tirar todas as impurezas do corpo e renovar as energias. Sou apaixonada por ele. (Moradora 4, entrevista realizada no dia 21/12/2021, Cana Brava, Água Doce)

Nota-se aqui, que o rio marcou sua infância e continua sendo um espaço de anseio. Para essa moradora, somente o banho realizado nas águas do rio Magú, consegue revigorar suas energias.

De acordo com a moradora 5, o rio é muito importante, é a vida do nosso lugar:

Frequentei demais o rio com meus filhos. Não existia água encanada, e toda hora estávamos no rio, banhando, lavando roupa, pescando, saciando os animais, colocando a mandioca de molho (processo necessário para produção da farinha de puba), entre outras inúmeras coisas. Hoje, já não tenho mais idade para essas coisas. (Moradora 5, entrevista realizada no dia 22/12/2021, Cana Brava, Água Doce)

Percebe se aqui, que o rio foi e sempre será um elemento fundamental representativo de vida para nossa cidade. Percebe-se ainda, que a comodidade da água encanada em casa e o avanço da idade da moradora, foram elementos que a afastaram do convívio com o rio.

Em relação à sexta pergunta: qual o tipo de propriedade que possuem as margens do rio? todos foram categóricos, afirmando que a casa que moram com suas famílias, é o único local que possuem nas proximidades do rio.

A sétima e oitava pergunta, abordam de qual maneira esses moradores ajudam a preservar o leito do rio; se eles frequentam os balneários as margens do rio e como eles avaliam a limpeza destes locais.

A moradora 1:

Ainda hoje eu e meus meninos ajudamos a limpar o rio quando ele está sujo. Eu não frequento esses balneários, por isso, não posso dizer nada sobre isso, sobre a limpeza desses locais. Naquela época era tudo do rio; comer; beber; cozinhar, para tudo. Então o povo era obrigado a manter o rio limpo. Hoje o povo não tem mais aquela mesma preocupação. (Idem)

Mais uma vez, nota-se que o rio é querido e sempre lembrado, e que na medida do possível, os moradores tentam mantê-lo limpo. No entanto, a sua utilização com pouca frequência para finalidades do dia a dia, vem deixando-o sem a limpeza devida. Antes os igarapés eram sempre limpos, agora não mais.

O morador 2:

Só eu mesmo não posso preservar o leito do rio, mas faço minha parte, quando vejo lixo (garrafas, sacolas, sacos de sabão...), descendo nas águas, eu sempre tiro. Eu não frequento os balneários. Quando quero tomar um banho no rio, vou mesmo na fonte aqui de casa. Mas os proprietários de banho deviam ajudar mais na limpeza, porque serve mais é pra eles. (Idem)

Percebe-se nesta fala, que o morador continua utilizando o rio, quando deseja tomar um banho revigorante. E, que o mesmo tem consciência e faz o seu papel enquanto cidadão, para manter o rio sem lixo, retirando-os quando encontra flutuando nas águas.

A moradora 3:

Antigamente meu marido ajudava a limpar os igarapés. Eu mesma não limpava. Colocaram encaiação em casa, agora quase não vou mais no rio. Tem a idade também, estou cansada. Antes não, só existia o rio para tudo. (Idem)

Constatando o que já vem sendo dito, essa moradora já fez muito uso do rio, entretanto, atualmente não tem frequentando-o mais. Mas, quando há alguma mobilização para limpeza do rio, ela não pode ajudar, mas seu marido sempre participa.

A moradora 4:

No passado, sempre que ia lavar roupa no rio, eu ajudava na limpeza do lodo que acumulava no fundo. E, sempre que iam fazer a limpeza nos igarapés, meu falecido marido ajudava. Hoje em dia, só vou no rio tomar banho, e não é rotineiro. Não ajudo mais na limpeza, apenas não joga nenhum objeto no rio. (Idem)

Como dito no decorrer do texto e da fala acima, o rio era muito utilizado na lavagem de roupas, com isso, nesse período o lodo não acumulava no fundo dos locais frequentados, pois o grande movimento de pessoas, associado a limpeza daqueles utilizadores, principalmente as donas de casa, não permitiam esse acúmulo.

A moradora 5:

Um dos nossos momentos de encontro, para colocar o papo em dia, era o rio. Era um local que promovia interação, onde as crianças se encontravam para banhar e brincar. Eu não frequento mais, por isso não posso nem falar sobre limpeza. (Idem)

Entende-se aqui, quantos momentos foram e ainda podem ser vividos nas águas do rio Magú, que este, é um local não só de lazer, mas também de troca cultural.

Em relação à oitava pergunta, todos os entrevistados, disseram não ser frequentadores dos balneários, com isso, não quiseram opinar sobre a limpeza desses ambientes. De acordo com eles, os donos desses balneários, é quem devem pagar pela limpeza dos rios, ao menos nos espaços que eles trabalham, pois, eles são quem usufruem.

A nona e décima pergunta, buscam saber: se esses moradores são e de qual modo, afetados com a época das cheias do rio; E se para eles, a cidade que moram teria se desenvolvido da forma com está atualmente, sem a influência do rio Magú.

Todos os moradores entrevistados, trouxeram abordagens semelhantes em relação às cheias do rio. Segundo eles, nunca houve episódios do rio encher e alagar as moradias ribeirinhas. O lado ruim das fortes chuvas, é que a água do rio fica muito suja e escura, devido as impurezas que descem com as enxurradas, como: o barro e a piçarra. Ressaltam sobretudo, que a sujeira relatada, não se refere ao lixo humano, que este, é pouco observado por eles nas águas do rio. Logo, nessa época, evitam ir ao rio por medo de serem picados por bichos, como arraia e cobra, por conta da escuridão das águas.

Em relação ao desenvolvimento da cidade após a construção dos balneários, mais uma vez as opiniões são semelhantes. Como apresentado acima, todos os entrevistados citaram não serem frequentadores desses espaços de lazer. E, sempre quando querem tomar um banho, procuram as fontes (igarapés) que existem nos quintais de suas casas. Entretanto, a movimentação turística na cidade, é fator percebido por todos eles, logo, afirmam ter consciência que os balneários trouxeram desenvolvimento e reconhecimento para o povoado. Sabem ainda, que muita gente tira seu sustento através desses negócios.

A décima-primeira e décima-segunda pergunta, versam sobre a maneira que os moradores contribuem para a preservação das águas; e questiona se eles conhecem algum órgão fiscalizador destas.

Os moradores reafirmaram mais uma vez, que o rio Magú é um bem precioso que eles têm e esperam que nunca se acabe. Que têm medo de que um dia o rio possa passar por processos de assoreamento e ter seu curso interrompido. E a única maneira que atuam atualmente na preservação do rio, é não poluindo com lixos e limpando os matos dos igarapés, para que a água possa correr melhor.

Em relação aos órgãos fiscalizadores, todos disseram não conhecer nenhum atuando nas águas do rio Magú. Acrescentam ainda, que a sorte do rio são os moradores, e agora esses donos de balneários.

Por fim, a décima-terceira e décima-quarta pergunta aplicada, trazem a seguinte abordagem: há ou não, o hábito de repassar/dividir os conhecimentos e as histórias do passado com a nova geração; e qual a opinião sobre a atividade humana na nascente do rio, se esta, é prejudicial ou não.

A moradora 1, conta que fala sempre para os mais jovens, o quanto o rio Magú já foi navegável, que inclusive, era o único transporte que existia para ir até à cidade de Parnaíba, no estado Piauí.

O morador 2, diz que a situação atual do rio não permite que ele ensine muita coisa. E os meninos de hoje não querem mais aprender os costumes antigos.

A moradora 3, relata que conta sempre para as filhas:

Eu carregava água do rio na cabeça. Eu pescava muito a noite, grávida com um barrigão. Antigamente a gente pegava muito peixe, era a graviola, o piau, a traíra, o cará, o sarapó, a jacundá..., A gente pescava com o anzol ou a caçoeira, agora acabou-se foi tudo. (Idem)

A moradora 4, diz que não teve oportunidade de repassar conhecimento para seus filhos. Mas que todos sabem pescar e tomam banho no rio sempre que possível. Mas acrescenta, que seu falecido esposo, sempre relatava aos seus filhos sobre as viagens que fazia pelo rio Magú, para Parnaíba. E que seus filhos, ficavam encantados e espantados, em imaginar como uma grande embarcação um dia navegou naquelas águas.

A moradora 5, relata que viajou muitas vezes em embarcações com sua família para Parnaíba pelas águas do rio Magú e que a viagem durava uns sete dias, lembra ainda, que a água era cristalina, sendo possível, visualizar nitidamente o fundo do rio e tudo que lá se encontrava, como os peixes e plantas. De acordo com ela, a construção da ponte e estradas de asfalto, também foi fator primordial para a diminuição do uso do rio, já que, agora era possível fazer a viagem por transportes bem mais rápidos, como o carro e ônibus.

Em relação à atividade humana, os entrevistados limitaram em dizer, que alguns contribuem para limpeza, outros não. Que o que falta, é a consciência em cada um. E que eles fazem a parte deles, que é, não poluindo o rio.

3.4 ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS DOS BALNEÁRIOS

Buscamos neste trabalho, também compreender a visão dos proprietários, quanto ao uso e o manejo do rio, uma vez que todos os locais se encontram as margens do rio Magú, como pontuado anteriormente. Foram aplicados questionários (anexo 2) que nesta sessão serão compartilhados os seus resultados e discussões. Reiteramos que o nome dos proprietários não será divulgado, apenas o nome fantasia de seus empreendimentos.

O primeiro balneário visitado foi, *Carnaúbas Bar*, localizado no povoado Cana Brava/Araióses-Ma. O proprietário, denominado nessa pesquisa como proprietário A, respondeu todas as perguntas, mostrando satisfação em falar sobre o rio e comprometimento com a verdade.

O segundo balneário foco da pesquisa foi a *Churrascaria Costa's*, localizada no povoado Cana Brava/Araióses-Ma. O proprietário B, mostrou-se muito solícito, e disse ser um prazer falar sobre o rio Magú.

A terceira entrevista, realizou-se no Balneário, *Riba Beleza Bar & Restaurante*, localizado no povoado Santa Maria/Cana Brava, Água Doce do Maranhão. O proprietário C é conhecido popularmente por “Riba Beleza”, dando origem ao nome do Balneário, foi muito gentil e disse que as perguntas que ele soubesse responder, responderia. Por fim, ele conseguiu responder a tudo que foi perguntado.

A quarta entrevista foi realizada no *Balneário do Jacaré*, localizado no povoado Santa Maria/ Cana Brava, Água Doce do Maranhão. O proprietário D, popularmente conhecido por “Jacaré Bico”, dando origem ao nome do estabelecimento, ficou preocupado com as perguntas a serem feitas, mas após ter acesso ao questionário, respondeu de modo narrativo, a história da fundação de sua área de lazer, demonstrando grande orgulho por sua trajetória.

A quinta entrevista foi realizada no *Balneário Bica do Yoyô*, localizado no povoado Cana Brava/ Água Doce do Maranhão. O fundador desse balneário, o senhor Martiniano Fontenelle, já faleceu, por isso, quem respondeu às perguntas foi seu filho, colocado aqui como proprietário E, pois, assumiu os negócios do pai.

A sexta entrevista aconteceu no Balneário, *Tambaqui Bar & Restaurante*, mais conhecido por “Balneário São Raimundo”, localizado no povoado São Raimundo/Cana Brava,

Araíóses/Ma. A proprietária F, foi comunicada dias antes sobre a entrevista, e disse que responderia todas as perguntas solicitadas, e assim aconteceu.

O sétimo e último balneário objeto da pesquisa, *Douglas Bar & Churrascaria*, também está localizado no povoado São Raimundo/Cana Brava, Araíóses/Ma. O proprietário G, mostrou-se solícito e disse que após o dia primeiro (1) de janeiro, responderia todas as perguntas, pois antes, estaria muito ocupado com o movimento turístico do final do ano. No ato da entrevista, respondeu com segurança todas as perguntas do questionário.

Como dito anteriormente, um único questionário foi direcionado a todos os proprietários, logo, algumas respostas foram bem semelhantes. No entanto, convém esclarecer, que durante as entrevistas surgiram indagações e colocações extras, e assim, muitas informações, para além do esperado, foram obtidas, agregando ainda mais conhecimento ao trabalho.

3.4.1 Resultados Obtidos com as Entrevistas dos Proprietários

A primeira, segunda e terceira pergunta do questionário, tinham por finalidade saber o nome, idade e profissão desses proprietários. A idade, respectivamente por ordem sequencial das entrevistas foram, 40, 51, 65, 63, 32, 75 e 26 anos. Entre as profissões declaradas temos: fisioterapeuta, professora aposentada, autônomo e microempresários que também se declaram lavradores, pois, o trabalho da roça é culturalmente importante em suas vidas. Logo, segundo estes, apesar da lucratividade advinda dos balneários, manter as origens no campo, serve como complemento na alimentação, e é uma paixão difícil de abandonar.

Tabela 2- Identificação dos proprietários dos Balneários entrevistados

PROPRIETARIOS BALNEÁRIOS	IDADE	PROFISSÃO
PROPRIETARIO A	40 ANOS	MICROEMPRESÁRIO
PROPRIETARIO B	51 ANOS	AUTÔNOMO
PROPRIETARIO C	65 ANOS	MICROEMPRESÁRIO E LAVRADOR
PROPRIETARIO D	63 ANOS	MICROEMPRESÁRIO E LAVRADOR

PROPRIETARIO E	32 ANOS	FISIOTERAPEUTA E MICROEMPRESÁRIO
PROPRIETARIO F	75 ANOS	PROFESSORA APOSENTADA
PROPRIETARIO G	26 ANOS	MICROEMPRESÁRIO

A quarta e quinta pergunta tinham por finalidade conhecer a naturalidade e relação destes com o rio Magú. E o que se pode constatar, é que todos os proprietários são filhos e netos de Ribeirinhos, portanto, herdeiros das terras onde hoje trabalham. Todos eles declaram ter nascido na região Magú, no entanto, em algum momento da vida chegaram a ir morar em outros lugares (exceto o último entrevistado, que nunca saiu do seu povoado de origem), em busca de estudo e melhores condições de vida, pois na época a região não ofertava muitas possibilidades.

Contudo, explicam que ficaram pouco tempo distante, logo voltaram para a cidade de origem; aqui se estabeleceram, criaram laços com o rio, transformando-o em fonte de renda, através da exploração de suas águas para o turismo e vivem, desde então.

A sexta e sétima pergunta, visam conhecer a data de início desses empreendimentos e de qual maneira esses proprietários atuam na preservação do leito do rio. Seguindo a sequência de apresentação dos balneários, temos as seguintes colocações:

O Balneário A (figuras 9 e 10) foi inaugurado em 2016, e seu proprietário afirma:

Quando iniciei com o projeto, aqui era um córrego bem curto e raso e fui expandindo aos poucos, com ajuda da família, retirando os matos para alargar o córrego e retirando areia do fundo, areia esta que reaproveitei no próprio balneário, tudo isso, através do trabalho totalmente manual, nunca usei maquinário aqui.

E é dessa forma que continuo atuando na conservação, retirando o excesso de vegetação para não fechar o canal fluvial e retirando o lixo que desce nas águas e acumulam na barreira montada com redes. Foi necessário ainda, a construção de barreiras com sacos cheios de areia e concreto, para o rio não ser assoreado pela areia na época das chuvas. Esse é um trabalho constante e realizo sempre que vejo a necessidade. (Proprietário A, Cana Brava, 25/12/2021)



Figuras 9 e 10: área de banho e entrada do balneário A (Carnaúbas Bar), 2021. Fonte: A autora

O Balneário B (figuras 11 e 12) tem por volta de 29 anos de existência, sendo o pioneiro em Cana Brava, segundo relato do entrevistado. Este balneário foi inaugurado pelos avós paternos deste, tendo assumido o comando após o falecimento deles.

O trabalho de limpeza que realizo no rio é constante, estou sempre mandando retirar o excesso de vegetação que se expande muito rápido, com isso, a água corre com mais potência; limpando o fundo do rio para não acumular lama e, fiz barreiras de contenção de concreto para a areia não assorear o rio. (Proprietário B, Cana Brava, 25/12/2021).



Figuras 11 e 12: área de banho e espaço de lazer. Balneário B (Balneário Costa's), 2022. Fonte: A autora.

O Balneário C (figuras 13 e 14) foi inaugurado em 2007. A iniciativa surgiu do proprietário, que afirma ter contado apenas com a ajuda de sua esposa, filho e neto.

Os meus familiares que moram em outras cidades, sempre que vinham visitar os parentes no interior e frequentavam nosso rio aqui, diziam que o espaço era bom, que o banho era muito agradável. Então, foi a partir desses incentivos que tive a ideia de começar o negócio e está dando certo. (Proprietário C, Santa Maria, 25/12/2021).



Figura 13 e 14: área de banho e espaço de lazer. Balneário C (Riba Beleza), 2022. Fonte: A autora.

Sobre as medidas de preservação e limpeza do rio o proprietário relatou que;

A limpeza é feita sempre que necessário, pegamos a canoa e vamos no leito do rio, e retiramos todo o lixo que encontramos pelo caminho. Abrimos bastante o canal do rio com a retirada de matos, facilitando muito na correnteza da água e, jamais colocamos estes matos para descer no rio, como muitas pessoas costumam fazer, nós tiramos sempre para fora. (Proprietário C, Santa Maria, 25/12/2021).

O Balneário D (figuras 15 e 16) foi inaugurado em 2012. O proprietário deste, declarou ter trabalhado por cerca de 20 anos, como garçom e dando outros suportes a donos de outros balneários mais antigos. Conta ainda, que por mais de 25 anos morou com sua família em terras ribeirinhas, conservando uma fonte e muitas plantações frutíferas no quintal. No entanto, estas terras não eram suas, então, um dia foi obrigado a sair a pedido do dono, e assim, foi morar nas terras de seus avós que também são banhadas pelo rio Magú, decidindo a partir de então, unir a oportunidade, com a experiência que já tinha e montou o seu próprio balneário.

A limpeza que faço é retirando os matos e, claro, jogando sempre para fora do rio, para não descerem para as demais fontes e sujarem e entupirem os córregos. Todo o lixo que tiro do rio, é depois queimado. A água aqui só não está mais corrente porque tem muitos canais abaixo que estão fechados pelos capinzais. Também construir uma barreira para impedir que a areia desça para o rio com as chuvas. Inicialmente seria de concreto, mas pessoas ligadas a prefeitura de Água Doce me orientaram a fazer com madeira, de maneira mais rústica possível, e assim, eu fiz. (Proprietário D, Santa Maria, 27/12/2021).



Figuras 15 e 16: área de contenção do assoreamento do rio e entrada do balneário D (Balneário Jacaré), 2022. Fonte: A autora.

O Balneário E (figuras 17 e 18) o segundo a ser construído no povoado Cana Brava, foi fundado há quase 30 anos. Este, já foi o balneário referência na região Magú, promoveu incontáveis serestas, sempre lotadas por frequentadores de todas as cidades vizinhas, principalmente Tutóia e Santana, uma vez que, a fama do banho de águas calmas e limpas era amplamente conhecida e aos fins de semana era um dos poucos lugares com música ao vivo na região. Atualmente o lugar continua aberto ao público, mas é pouco frequentado, salvo, quando promove algumas festas noturnas ou aluga para eventos particulares.

A preservação do leito do rio é essencial para a existência da fauna e flora do nosso ecossistema, uma vez que, ele já sofreu alterações pela presença do homem. Uma medida tomada foi a construção de um cais as margens do rio com o intuito de impedir o assoreamento do rio, pois a mata ciliar já foi muito alterada naquele local, além de conscientizar o público usuário da importância de preservar o rio (de quem é o relato? (Proprietário E, Cana Brava, 02/01/2022)



Figuras 17 e 18: Área de banho por vista aérea e evento de vôlei realizado dentro do balneário E (Balneário Bica do Yoyô), 2020. Fonte: Daniel Fotografias.

O Balneário F (figuras 19 e 20) é um dos mais conhecidos na atualidade. A proprietária deste, disse que desde o momento que veio morar as margens do rio com seu esposo, há mais de 33 anos, o balneário foi surgindo devagarinho, pois passou a cuidar e zelar do rio desde sempre. E quando se deu conta, já tinha um espaço de lazer amplo e estruturado para o banho, recebendo hoje, um grande movimento turístico.

Contribuímos demais com a limpeza, desde o momento que passamos a morar aqui, estamos sempre cuidando do rio. Não jogamos lixo no rio e nem deixamos as pessoas jogarem. Espalhamos lixeiras por todos os lados e conversamos com os turistas para não jogarem lixo, e eles costumam ser pessoas bem-educadas. (Proprietária F, São Raimundo, 27/12/2021).

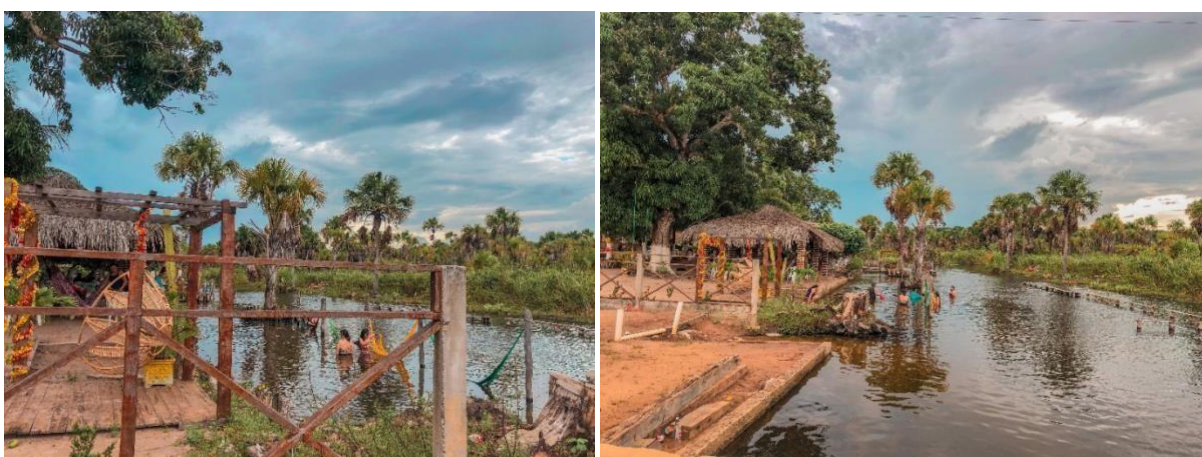


Figuras 19 e 20: Ponte de acesso e divisa entre os balneários F e G., e área de banho do balneário F. (Tambaqui Bar e Restaurante), 2021. Fonte: A autora.

É importante a atividade de conscientização e diálogo com a comunidade. Assim como citado na fala acima, além de não jogar lixo e poluir as margens do rio, os proprietários de pontos comerciais e balneários tornam-se responsáveis pelo diálogo com as pessoas que frequentam o local em busca de uma convivência harmoniosa e sem desrespeito com o meio ambiente. Nesse sentido faz-se presente no diálogo, exposições e locais a educação ambiental e práticas conscientes.

O Balneário G (figura 21 e 22) tem apenas 5 anos de inaugurado, e encontra-se em plena ascensão. Apesar de ser um empreendimento jovem, é muito reconhecido e procurado na região, por seu espaço amplo, de águas cristalinas e calmas; parquinho de diversão gratuito para as crianças; e vários espaços decorados que permitem a realização de belas fotos. O proprietário deste, é o mais jovem dos entrevistados e, é neto da dona do balneário F e é bisneto dos primeiros donos do Balneário B.

Esse espaço que trabalho hoje, era um canal muito fechado por bastante mato e lama. Precisei executar um árduo trabalho de limpeza (todo manual) para expandir e deixar o córrego um local propício para o banho. Graças a Deus, deu tudo certo. Hoje, conto com a ajuda primordial da minha esposa, que me ajuda muito aqui. Eu promovo a limpeza do rio de maneira constante, e um fator essencial para mim, é manter viva a flora nativa da região. (Proprietário, São Raimundo, 10/01/2022).



Figuras 21 e 22: Áreas de banho do balneário G, Douglas Bar e Churrascaria, 2022. Fonte: A autora.

A oitava e nona pergunta, versão sobre a preservação observada no rio após a instalação dos balneários e se a época das cheias afeta nesses empreendimentos.

Todos os proprietários foram unânimes e categóricos no tocante da importância dos balneários para a preservação das águas. Estes afirmam, que a existência, o processo de limpeza promovido de maneira constante e a visibilidade que o rio Magú ganhou após a construção dos balneários as suas margens, é de grande contribuição para a manutenção da vida do rio. Sem esse processo de desenvolvimento, muito de seu leito já estaria fechado, pois, a população de hoje, não depende mais das águas do rio como no passado. Como destaque, temos as seguintes falas abaixo.

O proprietário B, afirma que se toda a margem do rio tivesse somente nas mãos dos ribeirinhos, o resultado não seria bom:

Eu tenho muitos metros de terra as margens do rio Magú, que cuido e zelo. Se estivessem entregues nas mãos somente de moradores, eles já teriam desmatado boa parte desse pedaço e assoreado o rio em vários trechos. Como já aconteceu em vários lugares, que a ação do homem com queimadas e desmatamento tem matado os lençóis freáticos.

A fala do proprietário B, caracteriza a dualidade entre a visão que existe entre proprietário de terras e morador. É importante observar que ser “dono” de uma terra não significa especificamente que os moradores usem com descaso, ou que garanta que o proprietário realmente cuidará como afirma, entretanto, se o proprietário não cumprir com o zelo do local que trabalha e gera sua renda, será um dos mais prejudicados.

O proprietário D, também relata que:

Nós temos água encanada do poço (chafariz) e da fonte, aí usamos uma, usamos outra, e ninguém quer ir mais na fonte. Meu filho e minha nora, é um erro, eles quererem ir ao rio tomar um banho. Antes não, a água do rio era usada pra tudo que fazíamos.

E o proprietário F, finaliza:

Cada balneário tem a sua beleza natural, com águas limpas e claras e com a vegetação natural, por exemplo, o buritizeiro e a carnaúba, onde a preservação destas, mantidas por nós, contribuem muito para a qualidade de vida do rio.

A respeito das cheias do rio, os proprietários A, B, C, e F, disseram serem pouco atingidos com a subida das águas e que esse fator, não influencia muito no movimento turístico do local. Já os proprietários D, E e G, afirmam que no período das fortes chuvas, o rio enche bastante e que tem a presença de uma pequena enchente que afeta na estrutura do balneário, na qualidade das águas e, conseqüentemente, no sistema econômico, pois o fluxo turístico tende a reduzir um pouco.

A décima, décima primeira e décima segunda pergunta, continham as seguintes indagações: na sua opinião, a sua cidade teria se desenvolvido da maneira que está, sem a

influência dos balneários? De qual maneira seus balneários contribuem para a preservação das águas do rio Magú? Você conhece alguma relação de fiscalização da prefeitura com as águas do rio?

O ponto de vista dos proprietários a respeito do crescimento econômico que a cidade ganhou após a construção dos balneários foi sincronizado. Atualmente, Cana Brava (povoado usado como referência para os demais, por ser o mais desenvolvido e mais reconhecido) é apresentada por eles, como uma região que cresceu muito nos últimos anos, e circula muito dinheiro. A proprietária do balneário F, afirma que:

Os balneários contribuem significativamente para isso, pois as pessoas vêm visitar, conhecer e deixam muito dinheiro aqui. Graças a isso, conseguimos ainda, empregar muita gente na região, garantindo o pão de cada dia para muitos cidadãos. Cana Brava, nunca seria conhecida como é hoje, se não fosse esses balneários (São Raimundo, 2021).

Todos os proprietários, empregam mais ênfase nas falas anteriores, ressaltando mais uma vez, que a contribuição para a preservação das águas, acontece da seguinte maneira: promovendo a limpeza constante das águas; abrindo os canais para a água correr com mais fluidez; preservando a mata ciliar nativa o máximo possível; construindo barreiras de contenção para evitar o assoreamento do rio; não jogando lixo no rio, e orientando todos os turistas a não poluírem as águas com lixo.

Sobre a última pergunta realizada, todos afirmam que nunca foram procurados por nenhum integrante do governo e nunca notaram nenhuma ação da prefeitura e de nenhum outro órgão ambiental em prol da preservação das águas do rio Magú.

Como visto, são de pontos diferentes que partem as perspectivas tanto de moradores, quanto proprietários. Entretanto, é necessário olhar para a interseção que diz respeito ao zelo pelas águas do rio e o diálogo com as políticas públicas e educação ambiental. Deve haver uma harmonia entre o uso dos balneários, a exposição e intensificação de práticas ambientais de maneira mais didática, que faça com que aqueles que não frequentam mais os balneários possam se sentir confortáveis com aquela área que também realiza atividades que cuidam do bem-estar de todos e do bem natural que beneficia a todos ali, o rio Magú.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no âmbito do povoado Cana Brava, Água Doce do Maranhão, pôde demonstrar que essas relações de interdependência do rio Magú com os ribeirinhos, é muito presente. Lê-se já na história do povoado, como o seu processo de fundação e agora mais recentemente de expansão, nas áreas do comércio, turismo e serviços, são atrelados ao rio Magú. Além disso, é nítido no hino e na história da criação dos municípios da microbacia, que o rio tem papel fundamental para a construção das comunidades, como um elemento unificador.

As políticas públicas de recursos hídricos dialogam com a intensificação de práticas ecológicas cada vez mais presentes nos municípios, onde, nos mesmos, necessitam de maior discussão popular e também fiscalização por conta dos órgãos públicos, como, a prefeitura. As falas dos moradores demonstram que o rio sempre foi utilizado por eles, é um pedaço da vida, trazendo consigo, grande nostalgia de suas infâncias, criação e formação das suas famílias, todas elas se correlacionando sempre aos usos do rio, seja para pesca, banho, lavagem de roupa e também por um tempo, para a navegação.

Entretanto, nota-se que estes moradores ribeirinhos continuam nutrindo grande afeição pelo rio, mas não fazem mais uso frequente dessas águas, por conta do conforto que o avanço tecnológico trouxe, encurtando as atividades básicas que os cidadãos exerciam com o rio; como banhar e lavar. É percebido ainda, que os balneários funcionam mais como atrativo para turistas vindos de fora da cidade, pois poucos moradores, por opção, usufruem dos mesmos.

Na fala dos proprietários dos balneários instalados nas margens do rio, vê-se a preocupação de todos eles na preservação do leito do rio, pois entendem que a continuidade de seus negócios, depende sobretudo, da continuidade das águas límpidas e calmas, características do rio Magú, ou seja, suas práticas de fiscalização e preservação estão em primeiro plano, relacionadas à questão “comercial”. Observa-se então, que a instalação e manutenção desses locais impulsionou não apenas o turismo na região, mas também trouxe mais elementos positivos para os ribeirinhos, visto que vários deles trabalham de maneira direta ou indireta com os pontos de parada para os banhos. Observamos também o crescimento da oferta de produtos e serviços na região, oriunda desse crescimento no turismo.

Os balneários cumprem uma função social fundamental para as práticas sociais nos municípios: o turismo e o comércio. Dentro dessas duas práticas estão as trocas sociais que impulsionam social, cultural e estruturalmente os municípios, aliás, cada balneário tem sua peculiaridade, como restaurante com elemn, boias, locais para fotos ou local para prática esportiva. Essas contribuições sociais passam pela relação de uso consciente das águas, tendo em vista a diminuição do uso da mesma, por moradores que deixaram de frequentar de forma mais incisiva o rio.

É necessário observar também que mesmo sem a consciência das políticas públicas que regem o uso dos recursos hídricos, cada um, procura cuidar para não sujar o rio, seja o proprietário com o comércio, seja o morador ao banhar seu gado. Entretanto, aqui seriam necessárias discussões sobre como tornar as práticas de preservação ecológicas mais presentes nos municípios, propondo um diálogo mais acessível trazendo a comunidade novamente para mais próximo às atividades com o rio. Consoante o levantamento de dados, o público que frequenta os balneários são em maioria turistas, logo, torna-se cada vez mais necessário o equilíbrio entre a diversão e a exposição das leis de preservação junto das políticas públicas de uso dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Carlos Henrique. **A Importância Do Rio Magú Para As Comunidades Ribeirinhas Do Município De Água Doce Do Maranhão**. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Ecumênico de Estudos Religiosos Superiores do Estado do Maranhão – CEERSMA. Água Doce do Maranhão. 2011
- BISPO, M. O.; OLIVEIRA, S. de F. **Lugar e cotidiano: categorias para compreensão de representações em meio ambiente e educação ambiental**. In: Revista Brasileira de Educação Ambiental/Rede Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, v. 1, n 2, p.71 – 78, fev. 2007
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988
- CALDAS, Ana Luiza Rios. RODRIGUES, Maria do Socorro. **AValiação DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA MICROBACIA DO RIO MAGU**. Rev. eletrônica Mestrado. Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256, Volume 15, julho a dezembro de 2005.
- CONTI, José Bueno. FURLAN, Sueli Ângelo. **Geografia do Brasil: GEOECOLOGIA: O Clima, os Solos E a Biota**. Jurandir L. Ross (org.) - 6 ed. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. – (Didática;3)
- CONTI, José Bueno. **Panorama da geografia brasileira II. / A geografia e a questão ambiental**. SILVA, José Borzacchiello da. Org.; Lima, Luiz Cruz.; Org. Dantas, Eustógio Wanderley Correia, Org. São Paulo, Annablume, 2006.
- COSTA, Antônio Joel da Silva. **O ABC de Cana Brava**. Cana Brava: s/ed., 2008.
- COSTA, Canabrava. **Poe Magú**. São Luis: Vegas Editora, 2021.
- DOURADO COSTA, IVAN. **Uso E Ocupação Do Solo Das Margens Do Rio Magú, Area De Preservação Permanente: Perímetro Urbano No Município De Santana Do Maranhão- Ma**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Água doce do Maranhão. 2017.
- FRANCO, José Raimundo Campelo. **Veias do rio Maracu – portfólio geoambiental de Viana, polo turístico dos Lagos e Campos Floridos na Baixada Maranhense**. São Luís: Edufma, 2014.
- GOMES, Fernando Antônio Lopes. **MEIO AMBIENTE NO BAIXO PARNAÍBA: OLHOS NO MUNDO, PÉS NA REGIÃO**. ORG. Jeferson Francisco Selbach. José Roberto de Souza Almeida Leite (O IBAMA e a ação político-institucional na implementação do Comitê da Microbacia Hidrográfica do Rio Magú, APA do Delta do Parnaíba). São Luís -MA, EDUFMA—IBD. (PÁG. 36-41).
- IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. CIDADES: Santana do Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/santana-do-maranhao/panorama>. Acesso em: 29/01/2021.
- MARANHÃO. Política Estadual de Recursos Hídricos. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Lei estadual nº 8.149 de 15 de junho.

PIERONI, Juan Pedro et al. **Avaliação do estado de conservação de nascentes em microbacias hidrográficas. Geociências (São Paulo)**, v. 38, n. 1, p. 185-193, 2019.

Nossa História. Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão s/d. Disponível em: <https://www.aguadocedomaranhao.ma.gov.br/cidades/cidades/> acesso em 29/01/2021

Nossa História Prefeitura Municipal de Araióses. Disponível em: [Prefeitura Municipal de Araióses.](#)/ acesso em 01/01/2021.

Nossa História, Prefeitura Municipal de Santana do MA. Disponível em: [Prefeitura Municipal de Santana do Maranhão \(santanadomaranhao.ma.gov.br\)](#). acesso em: 10/01/2021

ANEXOS



Universidade Federal do Maranhão
CAMPUS SÃO BERNARDO

COLEGIADO
CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de pesquisa: “O Rio Magú: Uma Análise Dos Aspectos Socioculturais Dos Bañeários no povoado De Cana Brava-Ma”

Pesquisador Responsável: Cintia Raquel Ribeiro e Silva

Nome do participante:

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado “O Rio Magú: Uma Análise Dos Aspectos Socioculturais Dos Bañeários As Martens Do Rio Magú No Povoado De Cana Brava-Ma.” de responsabilidade da pesquisadora Cintia Raquel Ribeiro e Silva.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peça que assinie ao final deste documento. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. A pesquisa tem por objetivo compreender como se dá os usos dos bañeários que existem no rio Magú no povoado de Cana Brava e analisar quais as relações desses usos com os hábitos socioculturais dos moradores do povoado e adjacências
2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder aos questionários que serão aplicados em forma de entrevistas com a pesquisadora
3. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão uma maior compreensão do uso do Rio Magú e de que formas isso impacta o trabalho, a cultura, e a economia dos moradores do povoado de Cana Brava - MA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

**COLEGIADO
CIÊNCIAS HUMANAS**

5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da **pesquisa** a qualquer momento.

6. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores.

7. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

8. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com **Cinthia Raquel Ribeiro e Silva**, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (98) 984327969, e-mail: cinthiaraquel22@otmail.com.

Eu, _____, RG nº _____

declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, _____ de _____ de 20 ____

Assinatura do participante

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES RIBEIRINHOS

1) Qual seu nome?

2) Qual sua idade?

3) Qual sua profissão?

4) Você nasceu **daqui**? Se sim, mora aqui a quanto tempo?

5) Qual sua relação com o Rio magú? Você usufrui de alguma atividade relacionada ao rio?

6) Você possui alguma propriedade próxima ao rio? Se sim qual? (terreno, casa, comércio)

7) Você procura preservar o leito do rio? Se sim, de qual forma?

8) Você frequenta os balneários próximos ao rio? Se sim, qual sua opinião acerca da limpeza do local?

9) De que forma você é afetado com a época de cheias no rio?

10) De que forma você contribui para a preservação das águas do rio?

11) Você conhece alguma relação de fiscalização da prefeitura com o rio?

12) Você conhece visitantes (ou turistas) que frequentam constantemente os banheiros que usufruem das águas do rio ?

13) Você compartilha com sua família e amigos os costumes e tradições sobre a história do rio que transpassa a cidade? Se sim, quais?

14) Em Sua opinião, a atividade humana contribui ou prejudica a nascente do rio?

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DE BALNEÁRIOS

1) Qual seu nome?

2) Qual sua idade?

3) Qual sua profissão?

4) Você nasceu aqui? Se sim, mora aqui a quanto tempo?

5) Qual sua relação com o Rio Magú? Você usufrui de alguma atividade relacionada ao rio?

6) Há quanto tempo você tem o balneário?

7) Você procura preservar o leito do rio? Se sim, de qual forma?

8) Como você avalia a limpeza e preservação do rio a partir da instalação dos balneários *

9) De que forma você é afetado com a época de cheias no rio?

10) Na sua opinião, a sua cidade teria se desenvolvido como atualmente sem a influência do Rio Magú?

11) De que forma o seu balneário contribui para a preservação das águas do rio?

13) Você conhece alguma relação de fiscalização da prefeitura com as águas da ria?
